

**CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUÃ/SP
EDITAL 02/2015 – Concurso Público
ERRATA 01/Concurso**

O Prefeito Municipal de Ipuã, São Paulo, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, comunica as retificações a seguir no Edital 02/2015 – Concurso Público, publicado em 23/12/2015, nos seguintes termos:

O item 2.3 passa a ter a seguinte redação:

2.3 - Local de trabalho: Instalações da Prefeitura Municipal e do SAAEI, no município de Ipuã/SP cuja designação será feita a critério do município de Ipuã.

O item 6.12 passa a ter a seguinte redação:

6.12 - A primeira nomeação de candidato com deficiência, classificado no Concurso Público, dar-se-á para preenchimento da quinta vaga relativa ao emprego público de que trata o presente Edital e as demais ocorrerão na **décima quinta vaga, vigésima quinta vaga** e assim, sucessivamente, durante o prazo de validade do Concurso Público, até a ocupação efetiva do quantitativo de vagas ofertadas, obedecidas às respectivas ordens de classificação e o disposto no item 6.2.

O Anexo I, fica substituído pelo abaixo:

**ANEXO I
EMPREGOS, VAGAS, VALOR DA REMUNERAÇÃO, JORNADA DE TRABALHO E REQUISITOS**

- QUADRO DE EMPREGOS E VAGAS

ITEM	EMPREGO PÚBLICO	VAGAS	VAGAS PNE	VALOR DA REMUNERAÇÃO	JORNADA DE TRABALHO	REQUISITOS
1	Agente Comunitário de Saúde	1	0	R\$ 750,00 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Ensino Fundamental Completo.
2	Agente de Campo	1	0	R\$ 485,29 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Ensino Fundamental Completo.

3	Ajudante de Manutenção	4	0	R\$ 485,29 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Alfabetizado.
4	Ajudante de Manutenção para área de Esporte	2	0	R\$ 485,29 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Alfabetizado.
5	Assistente Social	1	0	R\$ 1.359,11 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	30 H/S	Curso Superior Completo em Serviço Social e registro no CRESS.
6	Auxiliar Administrativo	2	0	R\$ 557,56 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Ensino Médio Completo e Conhecimentos básicos de informática.
7	Auxiliar de Enfermagem	1	0	R\$ 504,97 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Ensino Médio Completo e Curso de Auxiliar de Enfermagem com registro no Conselho Regional da Classe (COREN).
8	Auxiliar Odontológico	1	0	R\$ 504,97 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Ensino Fundamental Completo.
9	Contador	2	0	R\$ 1.500,66 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	40 H/S	Curso Superior Completo em Ciências Contábeis e registro no CRC.
10	Coordenador do CRAS	1	0	R\$ 828,40 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Curso Superior Completo.
11	Diretor de Creche	4	0	R\$ 1.656,76 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Ensino Superior Completo com Licenciatura plena em Pedagogia ou nível de pós graduação em Educação (Mestrado ou Doutorado), ter no mínimo 3 (três) anos em exercício em função de docência, e/ou direção ou coordenação de escolas públicas de Educação Básica.
12	Diretor de Educação Infantil	1	0	R\$ 1.656,76 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Ensino Superior Completo com Licenciatura plena em Pedagogia ou nível de pós graduação em Educação (Mestrado ou Doutorado), ter no mínimo 3 (três) anos em exercício em função de docência, e/ou direção ou coordenação de escolas públicas de Educação Básica.

13	Diretor do CEARNE	1	0	R\$ 1.656,76 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Licenciatura plena em Pedagogia ou Ensino Normal Superior em outras áreas do ensino. Especialização em Educação Especial ou AEE com carga horária igual ou superior a 360 horas.
14	Engenheiro Ambiental	1	0	R\$ 1.758,22 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	40 H/S	Curso Superior Completo em Engenharia Ambiental e registro no Conselho de Classe. Aptidão física e mental.
15	Engenheiro Civil	2	0	R\$ 1.758,22 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	40 H/S	Curso Superior Completo em Engenharia Civil e registro no CREA.
16	Farmacêutico	1	0	R\$ 1.359,11 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	30 H/S	Curso Superior Completo em Farmácia e registro no CRF.
17	Fiscal Municipal	1	0	R\$ 879,09 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Ensino Médio Completo e CNH A e B.
18	Médico 10 horas semanais	8	1	R\$ 1.980,04 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	-	Curso Superior Completo em Medicina e registro no CRM.
19	Médico 12 horas semanais	5	1	R\$ 2.942,22 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	-	Curso Superior Completo em Medicina e registro no CRM.
20	Médico Pediatra 08 horas semanais	2	0	R\$ 2.942,22 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	-	Curso Superior Completo em Medicina com especialização em Pediatria e registro no CRM.
21	Médico Psiquiatra 08 horas semanais	1	0	R\$ 2.942,22 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	-	Curso Superior Completo em Medicina com especialização em Psiquiatria e registro no CRM.
22	Merendeira	1	0	R\$ 485,29 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	4ª série do Ensino Fundamental.
23	Monitor da Terceira Idade	1	0	R\$ 679,61 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	40 H/S	Ensino Médio Completo.
24	Monitor de Creche	1	0	R\$ 615,57 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Ensino Médio Completo.

25	Motorista	7	1	R\$ 568,68 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Ensino Fundamental Completo e CNH categoria "D".
26	Oficineiro de Corte e Costura	1	0	R\$ 679,61 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	40 H/S	Ensino Médio Completo + experiência mínima de um ano no exercício das atividades relacionadas à função).
27	Oficineiro de Culinária	1	0	R\$ 679,61 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	40 H/S	Ensino Médio Completo + experiência mínima de um ano no exercício das atividades relacionadas à função).
28	Operador de Máquina	1	0	R\$ 580,04 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Ensino Fundamental Completo e CNH categoria "D".
29	Orientador Social	1	0	R\$ 828,40 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	40 H/S	Curso Superior Completo em Pedagogia.
30	PEB II - Educação Artística	1	0	R\$ 9,74 h/aula + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Licenciatura Plena com Habilitação na disciplina.
31	PEB II - Educação Especial	1	0	R\$ 9,74 h/aula + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Licenciatura plena com habilitação em educação especial, ou licenciatura Plena em área correspondente e curso de Pós Graduação em Educação Especial.
32	Pedreiro	1	0	R\$ 557,56 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Alfabetizado.
33	Procurador Jurídico	4	0	R\$ 3.001,00 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	40 H/S	Curso Superior Completo em Direito. Registrado e licenciado pela OAB para o exercício da advocacia. Aptidão física e mental. Cartão de assinatura digital.
34	Psicólogo	1	0	R\$ 1.359,11 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	30 H/S	Curso Superior Completo de Psicologia, com inscrição no Conselho Regional de Psicologia.
35	Supervisor de Ensino	1	0	R\$ 2.229,85 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Ensino Superior Completo, com Licenciatura plena em Pedagogia, ou nível de pós graduação (Mestrado ou Doutorado), ter no mínimo 5 anos de exercício em função de docência, e/ou direção ou coordenação de escolas públicas de Educação Básica.

36	Técnico de Segurança do Trabalho	1	0	R\$ 1.009,78 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Ensino Médio Completo e Curso Técnico em Segurança do Trabalho.
37	Tratorista	1	0	R\$ 525,35 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Alfabetizado e CNH categoria "C".
38	Vigia	1	0	R\$ 485,29 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	4ª série do Ensino Fundamental.

Os empregos públicos acima serão utilizados de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal de Ipuã e do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Ipuã (SAAEI).

- As vagas dos empregos públicos de **Contador** e **Procurador Jurídico** serão destinadas a Prefeitura Municipal de Ipuã e ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Ipuã (SAAEI).

- A vaga do emprego público de **Fiscal Municipal** será destinada exclusivamente ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Ipuã (SAAEI).

O Anexo II, fica substituído pelo abaixo:

ANEXO II QUADRO DE PROVAS

ITEM	EMPREGO PÚBLICO	REQUISITOS	PROVAS	Nº DE QUESTÕES
1	Agente Comunitário de Saúde	Ensino Fundamental Completo.	Língua Portuguesa Matemática	15 15

ITEM	EMPREGO PÚBLICO	REQUISITOS	PROVAS	Nº DE QUESTÕES
26	Oficineiro de Corte e Costura	Ensino Médio Completo + experiência mínima de um ano no exercício das atividades relacionadas à função).	Língua Portuguesa Raciocínio Lógico Noções de Informática Redação	15 15 10 -

ITEM	EMPREGO PÚBLICO	REQUISITOS	PROVAS	Nº DE QUESTÕES
27	Oficineiro de Culinária	Ensino Médio Completo + experiência mínima de um ano no exercício das atividades relacionadas à função).	Língua Portuguesa Raciocínio Lógico Noções de Informática Redação	15 15 10 -

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUÃ
EDITAL 02/2015 – Concurso Público

A **Prefeitura Municipal de Ipuã, Estado de São Paulo** torna público a realização de Concurso Público para provimento de vagas em empregos públicos de nível Fundamental, Médio/Técnico e Superior para o número de vagas do quadro de funcionários efetivos, sob contrato de natureza administrativa que obedecerá ao regime jurídico constituído pelas Leis Municipais: nº 2.497, de 24 de dezembro de 2.002 e nº 3.258 de 07 de fevereiro de 2.012, editadas a teor do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e demais disposições aplicáveis, mediante as condições e normas estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos.

1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Concurso Público será regido por este Edital, seus anexos e seus eventuais aditamentos, assim como pelas instruções, comunicações e convocações dele decorrentes, obedecidas às legislações pertinentes e sua execução realizar-se-á sob a responsabilidade técnica e operacional da Fundação Mariana Resende Costa - FUMARC, localizada na Rua Diamante, nº 1.100 – São Joaquim – CEP 32113-000 - Contagem/MG, com apoio da Prefeitura Municipal de Ipuã/SP, situada à Avenida Maria de Lourdes Gerin, 433 – Centro – CEP 14610-000 – Ipuã/SP.

1.2 - O Concurso Público compreenderá a realização de provas objetivas compostas de questões de múltipla escolha, de caráter classificatório e eliminatório, de Redação, de caráter classificatório, de Provas de Títulos, de caráter classificatório, de Provas Práticas e Avaliação Física, de caráter eliminatório, sob a responsabilidade da FUMARC.

1.3 - O prazo de validade deste Concurso Público será de 02 (dois) anos, contados a partir da data de publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por igual período a critério exclusivo da Prefeitura Municipal de Ipuã/SP.

1.4 - A participação do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das normas e das condições do Concurso Público tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

1.5 - Todos os horários definidos neste Edital e seus eventuais aditamentos e retificações, assim como nas comunicações e convocações dele decorrentes, têm como referência o horário oficial de Brasília-DF.

1.6 - Todas as publicações oficiais (Edital, eventuais alterações, atos, avisos e comunicados) referentes a este Concurso Público serão feitas no Quadro Oficial de Avisos da Prefeitura Municipal de Ipuã, SP, e no Jornal “A CIDADE” estabelecido no Município de Ribeirão Preto e de circulação regional e local, bem como serão divulgadas nos endereços eletrônicos www.ipua.sp.gov.br e www.fumarc.org.br.

1.7 - Aos candidatos cumprem o dever de acompanharem as referidas publicações e divulgações nos meios elencados no item 1.6, sendo de sua inteira responsabilidade.

2 – EMPREGO PÚBLICOS

2.1 - Os empregos públicos, objetos deste Concurso Público, bem como o Quadro de Vagas, Escolaridade exigida, Requisitos dos empregos públicos, Jornada de Trabalho e Vencimentos encontram-se distribuídos no **Anexo I** deste Edital.

2.1.1 - Os empregos públicos que possuem regulamentação específica devem apresentar registro e/ou isenção do órgão competente.

2.2 - O candidato aprovado na forma do disposto neste Edital ficará vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, nos termos da legislação vigente e nas normas internas da Prefeitura Municipal de Ipuã/SP.

2.3 - Local de trabalho: Instalações da Prefeitura Municipal, no município de Ipuã/SP. Para os empregos de Contador e Procurador Jurídico, de acordo com quadro de distribuição de vagas entre a Prefeitura Municipal de Ipuã e SAAEI.

3 – REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO EMPREGO PÚBLICO

3.1 - O candidato aprovado neste concurso público será contratado de acordo com a necessidade e conveniência do Município de Ipuã, São Paulo, se atendidas às seguintes exigências:

- a) ter sido aprovado no Concurso Público de que trata este Edital;
- b) ser brasileiro nato ou naturalizado e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
- c) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos, no ato da posse;
- d) encontrar-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
- e) estar em dia com as obrigações eleitorais;
- f) em caso de candidato do sexo masculino, estar em dia com as obrigações militares;
- g) possuir a qualificação exigida para o emprego público pretendido, de acordo com o disposto nos **Anexo I** deste Edital, inclusive no que se refere à inscrição no órgão de classe competente, se exigido, sendo que no caso dos Procuradores Jurídicos, deverão estar inscritos na seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil;
- h) cumprir as determinações deste Edital;
- i) ter boa saúde física e mental e não apresentar deficiência que o incapacite para o exercício das funções do emprego público para o qual se inscreveu. Para tanto, poderá ser submetido a exames admissionais realizados por profissionais da Prefeitura Municipal de Ipuã ou por ela indicados.

3.2 - O candidato aprovado que, na data de posse, não reunir ou não comprovar os requisitos elencados no item 3.1 acima, perderá o direito à investidura no emprego público.

4 – INSCRIÇÕES

4.1 - Disposições Gerais

4.1.1 - Antes de efetuar o procedimento de inscrição e/ou o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e em seus Anexos e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos neste Edital.

4.1.2 - Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional ou extemporânea, assim como inscrição por via postal, fax ou correio eletrônico ou outro meio que não os estabelecidos neste Edital.

4.1.3 - A isenção, inscrição e o valor pago referente à taxa de inscrição são pessoais e intransferíveis.

4.1.4 - O candidato poderá concorrer a apenas 01 (um) dos empregos públicos previstos neste Edital, devendo especificá-lo no Requerimento Eletrônico de Inscrição, conforme discriminados nos **Anexo I**, deste Edital, prevalecendo à última inscrição no caso de multiplicidade.

4.1.5 - A declaração falsa ou inexata dos dados constantes no Requerimento Eletrônico de Inscrição e de Isenção que comprometam a lisura do certame determinará o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, sendo assegurado ao candidato o direito do recurso previsto no item 4.1.5.1 deste Edital, ressalvando, para tanto, quando a responsabilidade for atribuível aos organizadores do Concurso Público.

4.1.5.1 - Caberá recurso, dirigido em única e última instância à PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUÃ/SP, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir do 1º dia útil após a data de publicação do ato de cancelamento ou anulação da inscrição do referido candidato.

4.1.6 - Confirmados os dados no Requerimento Eletrônico de Inscrição não serão aceitos pedidos de alteração do código de opção do emprego, transferências de inscrições ou pagamentos da taxa de inscrição ou da isenção da taxa de inscrição entre pessoas, alteração de locais de realização das provas e alteração da inscrição do concorrente na condição de candidato da ampla concorrência para a condição de pessoa com deficiência, bem como a exclusão e cancelamento do Requerimento Eletrônico de inscrição.

4.1.7 - Após confirmação dos dados, o candidato receberá por meio do e-mail cadastrado no ato da inscrição ou isenção, o “Número de Controle”, com o qual poderá acessar informações do seu cadastro, tais como: consultar dados, gerar boleto, gerar 2ª via do boleto, verificar se o pagamento da taxa de inscrição está confirmado ou se seu pedido de isenção foi deferido ou indeferido, e ainda consultar e imprimir o Cartão de Informação com o local de prova, etc.

4.1.7.1 - Ao imprimir o Cartão de Informação – CI, o candidato receberá o “número definitivo de inscrição”, que juntamente com o nº do CPF, terá acesso aos resultados neste concurso público.

4.1.8 - As informações constantes no Requerimento Eletrônico de Inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, eximindo-se a PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUÃ/SP e a FUMARC de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, endereço inexato ou incompleto ou código incorreto referente ao emprego público pretendido fornecido pelo candidato, bem como a informação de portador de necessidades especiais sem a observância da Legislação competente indicado no item 6 e subitens.

4.1.9 - A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUÃ/SP e a FUMARC não se responsabilizam, quando os motivos de ordem técnica não lhe forem imputáveis, por inscrições não recebidas por falhas de comunicação; eventuais equívocos provocados por operadores das instituições bancárias, assim como no processamento do boleto bancário; congestionamento das linhas de comunicação; falhas de impressão; problemas de ordem técnica nos computadores utilizados pelos candidatos, bem como por outros fatores alheios que impossibilitem a transferência dos dados e impressão do boleto bancário ou da 2ª (segunda) via do boleto bancário.

4.1.10 - Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os candidatos amparados pela Lei Municipal nº 2.884, de 03 de março de 2009, observado o disposto no item 5 e seus subitens deste Edital.

4.1.11 - Não se exigirá do candidato, no ato da inscrição, cópia de nenhum documento, sendo de sua exclusiva responsabilidade a veracidade dos dados informados no Requerimento Eletrônico de Inscrição, sob as penas da lei.

4.1.12 - A correção de eventuais erros de digitação ocorridos no nome, na data de nascimento, no número do documento de identidade utilizado na inscrição, sexo ou na sigla do órgão expedidor deverá ser solicitada pelo candidato, por meio do fax (31) 3376-7318 ou via email no endereço eletrônico fconcursosatendimento@pucminas.br ou ao Fiscal de sala, no dia e no local de realização das provas, e constará no Relatório de Ocorrências.

4.1.13 - Quaisquer dúvidas, após ler atentamente o Edital, quanto ao procedimento ou dificuldade na inscrição, o candidato deverá entrar em contato com a FUMARC no telefone (31) 3249-7455 ou pelo e-mail fconcursosatendimento@pucminas.br, para orientações.

4.2 - Procedimentos para inscrição, taxas e formas de pagamento

4.2.1 - Período de inscrição: via *internet* das **09h00min (nove) do dia 04 de janeiro de 2016 às 23h59min (vinte e três e cinquenta e nove) do dia 26 de janeiro de 2016** (horário de Brasília), no endereço eletrônico www.fumarc.org.br.

4.2.1.1 - O candidato deverá preencher o Requerimento Eletrônico de Inscrição, transmitir os dados pela Internet, gerar e imprimir o boleto bancário que estará disponível para impressão durante o período de inscrição.

4.2.2 - Não será admitida, sob qualquer pretexto, inscrição feita por fax, via postal, correio eletrônico ou outro meio que não os estabelecidos neste Edital. Para os candidatos que tiverem dificuldade de acesso à internet, a Prefeitura Municipal de Ipuã disponibilizará um computador e impressora no Posto de Atendimento, localizado na Avenida Maria de Lourdes Gerin, 433 – Centro – Ipuã/SP, durante o período de inscrição (**04 a 26/01/2016**), de segunda a sexta-feira no horário de 09h00min às 17h00min, exceto feriados.

4.2.3 - O valor da Taxa de Inscrição a ser pago para participação neste Concurso Público será:

ESCOLARIDADE	VALOR DA TAXA
Nível Fundamental	R\$ 35,00

Nível Médio	R\$ 45,00
Nível Superior	R\$ 65,00

4.2.4 - Além de assumir as condições previstas neste Edital, o candidato deverá preencher corretamente o Requerimento Eletrônico de Inscrição, indicando o emprego público, de acordo com o **Anexo I** deste Edital, e informar todos os dados solicitados, inclusive endereço eletrônico (e-mail) para correspondência.

4.2.5 - O boleto bancário será emitido em nome do requerente e deverá ser impresso em impressora a *laser* ou jato de tinta para possibilitar a correta impressão e leitura dos dados e do código de barras.

4.2.6 - A segunda via do boleto bancário ficará disponível para impressão **até às 16 (dezesseis) horas do último dia de pagamento, 27 de janeiro de 2016.**

4.2.7 - A impressão do boleto bancário ou a segunda via do mesmo em outro tipo de impressora é de exclusiva responsabilidade do candidato, eximindo-se a PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUÃ/SP e a FUMARC de eventuais dificuldades da leitura do código de barras e consequente impossibilidade de efetivação da inscrição.

4.2.8 - O candidato, para efetivar sua inscrição, deverá, obrigatoriamente, efetuar o pagamento, em dinheiro, do valor da taxa de inscrição, nas redes bancárias, observado os horários de atendimento e das transações financeiras de cada instituição bancária, até o **último dia de pagamento, 27 de janeiro de 2016.** O pagamento, por si só, não garante a inscrição do candidato para participar do Concurso Público.

4.2.9 - Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra, o candidato deverá antecipar o pagamento, considerando o primeiro dia útil que antecede o feriado, desde que o pagamento seja feito no período de inscrição determinado neste Edital.

4.2.10 - Não será aceito pagamento da taxa de inscrição por depósito em caixa eletrônico, transferência ou depósito em conta corrente, DOC, cheque, cartão de crédito, ordens de pagamento ou qualquer outra forma diferente daquela prevista neste Edital.

4.2.11 - O comprovante provisório de inscrição do candidato será o boleto original, devidamente quitado, sem rasuras, emendas e outros, em que conste a data da efetivação do pagamento, não sendo considerado para tal a simples apresentação do comprovante de agendamento de pagamento.

4.2.12 - A inscrição somente será processada e validada após a confirmação à FUMARC, pela instituição bancária, do pagamento do valor da taxa de inscrição concernente ao candidato, sendo automaticamente desconsiderado o requerimento eletrônico de inscrição em que o pagamento não for comprovado ou que for feito a menor.

4.2.13 - Não serão válidas as inscrições cujos pagamentos forem efetuados após a data estabelecida no boleto bancário.

4.2.14 - Não será efetivada a inscrição se, por qualquer motivo, houver inconsistência do pagamento da taxa de inscrição.

4.2.15 - Havendo mais de uma inscrição paga, independentemente do emprego público escolhido, prevalecerá a última inscrição cadastrada, ou seja, a de data e horário mais recente. As demais inscrições realizadas serão desconsideradas.

4.2.16 - Somente será considerada efetivada a inscrição do candidato que realizar o pagamento exato da taxa de inscrição nos termos do presente Edital, bem como as inscrições deferidas através dos pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição.

4.2.17 - A listagem dos candidatos que tiverem as inscrições deferidas será divulgada nos endereços eletrônicos www.fumarc.org.br e www.ipua.sp.gov.br, **até o dia 03 de fevereiro de 2016**, e afixada no Quadro de Aviso Oficial da Prefeitura Municipal de Ipuã/SP.

4.2.17.1 - Caberá recurso quanto ao indeferimento da inscrição por problemas ocasionados no pagamento do valor da inscrição, conforme previsto no item 12.1, alínea “b”.

4.3 – Devolução do valor da Taxa de Inscrição

4.3.1 - O valor da taxa de inscrição poderá ser devolvido nos seguintes casos:

4.3.1.1 - quando o mesmo boleto for pago em duplicidade;

4.3.1.2 - quando pagar fora do prazo estipulado para efetivo pagamento;

4.3.1.3 - na hipótese de cancelamento, suspensão ou não realização do Concurso Público;

4.3.1.4 - no caso de alteração ou extinção dos empregos públicos disponibilizados neste Edital.

4.3.2 - Nas hipóteses previstas no item 4.3.1, o candidato poderá requerer a devolução do valor da inscrição da seguinte forma:

a) preencher requerimento (**Anexo VIII**) disponibilizado no endereço eletrônico www.fumarc.org.br, informando os seguintes dados:

a.1) nome completo, número da identidade e da inscrição no Concurso Público;

a.2) emprego público pretendido;

a.3) nome e número do banco, nome e número da agência com dígito, número da conta corrente e CPF do titular da conta;

a.4) número de telefones, com código de área, para eventual contato.

b) imprimir o requerimento e assiná-lo;

c) apresentar o requerimento, acompanhado de cópia de seu documento de identidade, à FUMARC na forma e no prazo previstos no item 4.3.2.1 deste Edital.

4.3.2.1 - A apresentação do requerimento de solicitação de devolução do valor da taxa de inscrição, devidamente assinado, bem como da cópia do documento de identidade, deverá ser feita em até 30 (trinta) dias após a publicação do ato que tenha ensejado a devolução da taxa de inscrição especificados no item 4.3.1, no protocolo da FUMARC das 9h às 12h ou das 13h30min às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados ou por SEDEX para o endereço Rua Diamante, nº 1.100 – São Joaquim – CEP 32113-000 - Contagem/MG,.

4.3.2.2 - O requerimento e a cópia do documento de identidade deverão ser entregues ou enviados em um envelope, tamanho ofício, fechado, identificado externamente em sua face frontal com os seguintes dados: Concurso Público Prefeitura Municipal de Ipuã/SP, Ref. Devolução do valor da taxa da inscrição, nome completo, número de controle e o emprego público pretendido.

4.3.2.3 - A devolução do valor da inscrição será processada nos 20 (vinte) dias úteis seguintes ao término do prazo fixado no item 4.3.2.1 deste Edital por meio de depósito bancário na conta corrente indicada pelo candidato no formulário de devolução.

4.3.2.4 - O depósito bancário não poderá ser realizado em contas salários ou contas poupanças.

4.3.2.4 - Nos casos previstos nos itens 4.3.1.3 e 4.3.1.4, o valor a ser devolvido ao candidato será corrigido monetariamente pela variação positiva do IGPM desde a data do pagamento da inscrição até a data da efetiva restituição.

4.3.2.5 - O candidato, tendo interesse, poderá realizar uma nova inscrição em outro emprego público pretendido, efetuando novo pagamento.

4.3.2.6 - Não haverá transferência do valor da taxa de inscrição, mesmo que seja para outro emprego público de mesmo valor de inscrição.

5 - ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1 - Em conformidade com a Lei Municipal nº2.884, de 03 de Março de 2009, poderá requerer a Isenção da Taxa de Inscrição, o candidato desde que tenha domicílio no Município de Ipuã há pelo menos 06 (seis) meses e que também se enquadre em alguma das situações a seguir:

- a)** for membro de família de baixa renda;
- b)** estar desempregado;
- c)** for portador de necessidades especiais, incluindo deficientes físicos, auditivos ou visuais;
- d)** ser doador voluntário de sangue.

5.2 - O Requerimento de Isenção da Taxa deverá ser instruído com cópias dos documentos pertinentes à comprovação das situações descritas no item 5.1, conforme relacionados abaixo:

5.2.1 - Cópias dos Comprovantes de Residência no Município de Ipuã/SP em nome do candidato (conta de água ou luz) dos últimos 06 (seis) meses;

5.2.2 - Se pertencente à família de baixa renda, o candidato deverá apresentar Declaração de Hipossuficiência Financeira, conforme **Anexo IV** ou apresentar cópia do comprovante de que a família está inscrita em qualquer programa social do Governo Federal ou Estadual.

5.2.2.1 - Considera-se família de baixa renda, aquela, cuja renda somada dos membros do núcleo familiar, que vive sob o mesmo teto, não ultrapasse o valor correspondente a três salários mínimos vigentes ou que a renda per capita seja igual ou inferior a meio salário mínimo vigente.

5.2.3 – Se estiver desempregado, o candidato deverá apresentar cópias das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS que contenham foto, assinatura e identificação do candidato, bem como as páginas de anotação dos contratos de trabalho com baixa do último emprego e da página subsequente em branco.

5.2.4 - Se for portador de necessidades especiais, deficientes físicos, auditivos ou visuais, o candidato deverá apresentar cópia do Atestado Médico de profissional credenciado ao SUS ou pertencente ao quadro de médicos do Município de Ipuã/SP.

5.2.5 - Se doador voluntário de sangue, o candidato deverá apresentar cópia do comprovante emitido pelo Hemocentro ou órgão correspondente, contendo a informação de que doou sangue voluntariamente nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data da inscrição do Concurso Público.

5.3 - Para solicitar a isenção, o candidato deverá acessar via *internet* das **09h00min (nove) do dia 28 de dezembro de 2015 às 17h00min (dezesete) do dia 30 de dezembro de 2015** (horário de Brasília), no endereço eletrônico www.fumarc.org.br e preencher o Requerimento Eletrônico de Inscrição informando os dados exigidos em todos os campos e, após confirmação dos dados, clicar em “Requerimento de Isenção da Taxa” e imprimi-lo.

5.3.1 - O candidato deverá entregar o Requerimento de Isenção da Taxa, assinado e acompanhado da documentação comprobatória, conforme item 5.2 e seus subitens, em envelope formato ofício, fechado e identificado com os seguintes dados: Concurso Público - Prefeitura Municipal de Ipuã – Solicitação de Isenção da Taxa – nome do candidato, número de controle e o emprego público pretendido pelo candidato, encaminhando-o via Correios, por Sedex, à Fumarc, Rua Diamante, nº 1.100 – São Joaquim – CEP 32113-000 - Contagem/MG, com os custos correspondentes por conta do candidato, ou entregando-o no endereço expresso neste item, das 9h às 12h ou das 13h30min às 17h, exclusivamente no período de **28 a 30/12/2015**.

5.4 - No Requerimento de Isenção da Taxa, o candidato firmará declaração de que as informações prestadas são de sua inteira responsabilidade e que documentação acostada são verídicas, respondendo civil e criminalmente pelo inteiro teor de sua declaração.

5.5 - Não será concedida isenção de pagamento do valor de inscrição ao candidato que:

- a)** deixar de solicitar o pedido de isenção dentro do período fixado no item 5.3 ou fazê-lo por meios distintos dos previstos neste edital;
- b)** omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
- c)** deixar de instruir seu requerimento com os documentos comprobatórios elencados no item 5.2 e seus subitens.

5.6 - A comprovação da tempestividade dos requerimentos será feita pela data de entrega ou de postagem constante no carimbo dos serviços dos Correios.

5.7 - A documentação comprobatória apresentada pelo candidato para solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição será analisada pela Fumarc.

5.7.1 - O candidato poderá, a critério da FUMARC, ser convocado para apresentar documentação original, bem como outros documentos complementares, não sendo admitido em hipótese alguma à apresentação, em grau de recurso, de novos documentos.

5.7.2 - A declaração falsa, sujeitará o candidato às sanções previstas na lei penal e desde que aprovado, ficará sujeito a nulidade do ato ou a exoneração do emprego público.

5.8 - O resultado da análise da documentação apresentada para solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição será publicado **até o dia 12 de janeiro de 2016**, em jornais de circulação local e divulgado nos endereços eletrônicos www.ipua.sp.gov.br e www.fumarc.org.br e, bem como será afixado no Quadro Oficial de Avisos da Prefeitura Municipal de Ipuã/SP.

5.9 - O candidato que tiver sua solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição indeferida poderá recorrer desta decisão, no prazo de 2 (dois) dias úteis, após sua publicação, conforme previsto no item 12.1 – alínea “a”.

5.9.1 - A decisão dos recursos será divulgada nos endereços eletrônicos www.fumarc.org.br e www.ipua.sp.gov.br, **até o dia 22 de janeiro de 2016**.

5.9.2 - Após divulgação da decisão dos recursos e sendo o recurso julgado improcedente, o candidato poderá efetuar sua inscrição, imprimindo o boleto bancário e efetuando o pagamento do valor da inscrição **até o dia 27 de janeiro de 2016**.

5.9.3 - O candidato que não regularizar sua inscrição por meio do pagamento do respectivo boleto terá o pedido de inscrição não efetivado.

5.10 - O candidato cujo requerimento de isenção do pagamento da taxa for deferido estará automaticamente inscrito.

5.11 – Conforme previsto na Lei Municipal nº2.884, de 03 de Março de 2009, o candidato beneficiado com a Isenção da Taxa de Inscrição, desde que aprovado no Concurso Público e admitido no serviço público municipal, terá o valor da referida taxa descontado de seus vencimentos em 3 (três) parcelas iguais.

6 – CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

6.1 - Considera-se pessoa com deficiência, o candidato que se enquadrar nas categorias discriminadas no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações do Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, bem como na Súmula n.º 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

6.1.1 – “A pessoa com deficiência é aquela que apresenta, em caráter permanente, disfunção de natureza física, sensorial ou mental, que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro de um padrão considerado normal para o ser humano”, conforme estabelecido no artigo 3º do Decreto nº 3.298 de 20/12/1999.

6.1.2 - A definição contida no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, será adotada para fins de identificação de cada tipo de deficiência.

6.1.3 - É garantido ao candidato com deficiência o direito de se inscrever neste concurso público, desde que as atribuições e aptidões específicas estabelecidas para o emprego público pretendido sejam compatíveis com a deficiência que possui.

6.1.4 - Ressalvadas as condições especiais previstas neste Edital, garantidas em razão do disposto na Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, o candidato com deficiência participará do

Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, à avaliação, ao horário, ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para aprovação.

6.2 - Serão reservadas às pessoas com deficiência, 10% (dez por cento) das vagas oferecidas para cada emprego ou função, de tal forma que, se na aplicação deste percentual, resultar número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que o resultado seja maior ou igual a 0,5 (cinco décimos), e que não seja ultrapassado o percentual de 20% (vinte por cento) das vagas totais do concurso público.

6.2.1 - Surgindo novas vagas no decorrer do prazo de validade do Concurso Público, 10% (dez por cento) delas serão, igualmente, reservadas para candidatos deficientes aprovados no Concurso Público.

6.3 - Respeitada a compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do emprego ou função, o candidato deficiente que pretenda concorrer às vagas reservadas por força de lei deverá declarar essa condição no Requerimento Eletrônico de Inscrição ou no Requerimento de Isenção de Taxa, observado o disposto no item 6.4 deste Edital.

6.4 - O candidato com deficiência, durante o preenchimento do Requerimento Eletrônico de Inscrição ou do Requerimento de Isenção de Taxa, além de observar o descrito no item 6 e seus subitens, deverá proceder da seguinte forma:

a) informar se possui deficiência;

b) selecionar o tipo de deficiência;

c) especificar a deficiência;

d) informar se necessita de condições especiais para a realização das provas, indicando-as no campo próprio;

e) manifestar interesse em concorrer às vagas destinadas aos candidatos com deficiência.

f) enviar laudo médico nos termos do item 6.6 e seus subitens deste Edital, impreterivelmente até o último dia de inscrição, **26 de janeiro de 2016**.

6.4.1 - O candidato com deficiência que não preencher os campos específicos do Requerimento Eletrônico de Inscrição ou do Requerimento de Isenção de Taxa e não cumprir o determinado neste Edital terá a sua inscrição processada como candidato de ampla concorrência e não poderá alegar posteriormente essa condição para reivindicar a prerrogativa legal.

6.5 - O candidato com deficiência que desejar concorrer somente às vagas destinadas à ampla concorrência poderá fazê-lo por escolha e responsabilidade pessoal, informando a referida opção no Requerimento Eletrônico de Inscrição e no Requerimento de Isenção de Taxa, não podendo, a partir de então, concorrer às vagas reservadas para os candidatos com deficiência, conforme disposição legal.

6.6 - O candidato com deficiência que necessitar de condições especiais para a realização das provas deverá, além de cumprir o disposto no item 6.4, enviar ou entregar **até o dia 26/01/2016**, Laudo Médico, original ou cópia autenticada em serviço notarial e de registros (Cartório de Notas),

expedido nos últimos 12 (doze) meses anteriores ao término das inscrições, o qual deverá atestar a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, com a provável causa da deficiência.

6.6.1 – O Laudo Médico deverá ser entregue ou enviado em envelope tamanho ofício, fechado e identificado com os seguintes dados: Concurso Público da Prefeitura Municipal de Ipuã – Laudo Médico – nome do candidato, número de controle e o emprego público pretendido pelo candidato, nas seguintes formas:

a) via SEDEX, postado nas Agências dos Correios com os custos por conta do candidato, endereçado a FUMARC, Rua Diamante, nº 1.100 – São Joaquim – CEP 32113-000 - Contagem/MG, com data de postagem conforme o prazo estabelecido no item 6.6.

b) pessoalmente ou por terceiro, na FUMARC, Rua Diamante, nº 1.100 – São Joaquim - Contagem/MG, durante o período de inscrições, das 9h às 12h ou das 13h30min às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

6.6.2 - O laudo médico citado no item 6.6 deverá expressar, obrigatoriamente, a categoria em que se enquadra a pessoa com deficiência, nos termos do art. 4º do Decreto Federal n.º 3.298/1999 e suas alterações, de acordo com as definições do item 6.1 deste Edital.

6.6.3 - O Laudo Médico será considerado para análise do enquadramento previsto no artigo 4º do Decreto Federal n.º 3.298/1999 e suas alterações, e de acordo com as definições das categorias discriminadas no Decreto Federal n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com redação dada pelo Decreto Federal n.º 5.296, de 02 de dezembro de 2004, bem como na Súmula n.º 377 do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

6.6.4 - O Laudo Médico mencionado terá validade somente para este Concurso Público e não será devolvido, ficando a sua guarda sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Ipuã.

6.6.5 – O candidato perderá o direito de concorrer às vagas destinadas aos candidatos com deficiência, mesmo que declarada tal condição no Requerimento Eletrônico de Inscrição ou no Requerimento de Isenção de Taxa, por quaisquer dos motivos listados abaixo:

a) não entregar ou enviar o Laudo Médico;

b) entregar ou enviar o laudo médico fora do prazo definido em Edital;

c) apresentar o laudo médico com prazo superior ao determinado no item 6.6; ou

d) não conter as informações indicadas no item 6 e seus subitens.

6.6.6 - A Prefeitura Municipal de Ipuã designará uma Equipe Multiprofissional que analisará o Laudo Médico encaminhado pelo candidato, verificando se há correspondência entre a Classificação Internacional de Doença - CID - constante do respectivo laudo e as exigências do Decreto Federal n.º 3.298/1999 e suas alterações, bem como na Súmula n.º 377 do Superior Tribunal de Justiça - STJ. Em caso negativo, a inscrição como candidato portador de deficiência será indeferida e o candidato aprovado, nessas circunstâncias, será considerado no Concurso Público como candidato às vagas de ampla concorrência.

6.7 - O candidato com deficiência poderá requerer, no ato da inscrição ou no momento do pedido de isenção, atendimento especial para o dia de realização das provas, conforme procedimentos descritos no item 6 e seus subitens, indicando as condições de que necessita, conforme previsto no art. 40, parágrafos 1º e 2º, do Decreto Federal n.º 3.298/1999 e suas alterações.

6.7.1 - O candidato com deficiência que eventualmente não proceder conforme disposto no item 6.4 - alínea "d" deste Edital, não indicando no Requerimento Eletrônico de Inscrição ou no Requerimento de Isenção de Taxa, a condição especial de que necessita, poderá fazê-lo, por meio de requerimento conforme **Anexo V**, datado e assinado, devendo este ser enviado a FUMARC, juntamente com o Laudo Médico previsto no item 6.6, nas formas e prazo previstos no item 6.6 e seus subitens, deste Edital.

6.7.2 - A realização de provas em condições especiais solicitadas pelo candidato com deficiência será condicionada à legislação específica e a possibilidade técnica examinada pela FUMARC.

6.7.3 - O candidato com deficiência que necessitar de Tempo Adicional para a realização das provas deverá, além de indicar essa necessidade no Requerimento Eletrônico de Inscrição ou no Requerimento de Isenção de Taxa, deverá enviar o Laudo Médico acompanhado de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, que justificará a necessidade do tempo adicional solicitado pelo candidato, nos termos do § 2º do art. 40, do Decreto Federal n.º 3.298/1999, até o prazo estabelecido no item 6.6 e nas formas previstas no item 6.6.1.

6.7.4 - Aos deficientes visuais (cegos) que solicitarem prova especial em Braille serão oferecidas provas nessa linguagem.

6.7.5 - Aos deficientes visuais (amblíopes), que solicitarem prova especial ampliada, serão oferecidas provas com tamanho de letra correspondente a corpo 24 (vinte e quatro).

6.8 - A decisão do indeferimento do Atendimento Especial solicitado pelo candidato será publicada em jornais de circulação local e divulgada nos endereços eletrônicos www.ipua.sp.gov.br e www.fumarc.org.br, e, bem como será afixada no Quadro Oficial de Avisos da Prefeitura Municipal de Ipuã/SP, até a data provável de **03 de fevereiro de 2016**.

6.9 - Caberá recurso quanto ao indeferimento do pedido de Atendimento Especial, conforme previsto no item 12, alínea "c" deste Edital.

6.9.1 - A decisão dos recursos será divulgada nos endereços eletrônicos www.fumarc.org.br e www.ipua.sp.gov.br, até o dia **19 de fevereiro de 2016**.

6.10 - A solicitação de atendimento especial será deferida segundo os critérios de viabilidade e razoabilidade.

6.11 - O candidato inscrito como deficiente, se classificado, além de figurar na lista geral de classificação, terá seu nome publicado em lista à parte, observada a respectiva ordem de classificação.

6.12 - A primeira nomeação de candidato com deficiência, classificado no Concurso Público, dar-se-á para preenchimento da quinta vaga relativa ao emprego público de que trata o presente Edital e as demais ocorrerão na décima primeira vaga, vigésima primeira vaga e assim, sucessivamente,

durante o prazo de validade do Concurso Público, até a ocupação efetiva do quantitativo de vagas ofertadas, obedecidas às respectivas ordens de classificação e o disposto no item 6.2.

6.13 - Para contratação, os candidatos deficientes serão convocados para se submeter à perícia médica oficial e análise de equipe multiprofissional designada pela Prefeitura Municipal de Ipuã que atestará sobre a sua qualificação como deficiente, nos termos do art. 43 do Decreto Federal n.º 3.298/1999 e suas alterações e sobre a compatibilidade da deficiência com o exercício das atribuições do emprego público, decidindo de forma terminativa sobre a caracterização do candidato como deficiente.

6.13.1 - Concluindo a avaliação pela inexistência de deficiência ou por ser ela insuficiente para habilitar o candidato a preencher as vagas temporárias reservadas, o candidato será excluído da lista de classificação de candidatos com deficiência, mantendo a sua posição na lista geral de classificação, observados os critérios do contraditório e da ampla defesa.

6.14 - As vagas destinadas aos candidatos com deficiência que não forem preenchidas por falta de candidatos, por reprovação no Concurso Público ou na perícia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância da ordem classificatória.

7 – OUTRAS CONDIÇÕES PARA ATENDIMENTO ESPECIAL

7.1 - Fica assegurado às lactantes o direito de participarem do Concurso Público, nos critérios e condições estabelecidos pelos artigos 227 da Constituição Federal, artigo 4º da Lei Federal n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e artigos 1º e 2º da Lei Federal n.º 10.048/2000.

7.2 - A candidata que seja mãe lactante deverá requerer, até o encerramento das inscrições (**26/01/2016**), por meio do **Anexo V** (Requerimento - Prova e/ou Atendimento Especial) indicando esta condição, para a adoção das providências necessárias.

7.2.1 - A candidata que não cumprir o previsto no item 7.2 e não enviar o **Anexo V**, nas formas previstas no item 6.6.1, seja qual for o motivo alegado, poderá não ter a solicitação atendida por questões de não adequação das instalações físicas do local de realização das provas.

7.2.2 - Nos horários previstos para amamentação, a mãe poderá retirar-se, temporariamente, da sala em que estarão sendo realizadas as provas, para atendimento ao seu bebê, em sala especial a ser reservada pela Coordenação.

7.2.3 - Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

7.2.4 - Para a amamentação o bebê deverá permanecer no ambiente a ser determinado pela Coordenação.

7.2.5 - A criança deverá estar acompanhada somente de um maior de 18 (dezoito) anos responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata), e a permanência temporária desse adulto, em local apropriado, será autorizada pela Coordenação deste Concurso Público.

7.2.6 - A candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada de uma “fiscal” da FUMARC, sem a presença do responsável pela guarda da criança, que garantirá que sua conduta esteja de acordo com os termos e condições deste Edital.

7.2.7 - A candidata nesta condição que não levar acompanhante, não realizará as provas.

7.2.8 - A FUMARC não disponibilizará acompanhante para guarda de criança.

7.3 - Após o prazo de inscrição o candidato que passe a necessitar de atendimento especial, deverá entrar em contato com a FUMARC, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da realização das Provas pelo telefone (31)3249-7455, das 09h00 às 17h00, exceto sábados, domingos e feriados, para obter orientações.

7.3.1 - O candidato que solicitar atendimento especial na forma estabelecida no item 7.3 deverá enviar laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), emitido nos últimos 12 (doze) meses, que justifique o atendimento especial solicitado.

7.3.1.1 - O fornecimento do laudo médico, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato.

7.3.1.2 - O laudo médico valerá somente para este Concurso Público e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias dessa documentação.

7.4 - Os candidatos que não atenderem aos dispositivos mencionados no item 7.3 deste Edital, não terão a prova e/ou condições especiais atendidas.

7.5 - A solicitação de atendimento especial será deferida segundo os critérios de viabilidade e razoabilidade.

8 – CARTÃO DE INFORMAÇÃO (CI)

8.1 - A FUMARC disponibilizará via INTERNET em até 05 (cinco) dias úteis, antes da data programada para realização das provas, o Cartão de Informação – CI, no endereço eletrônico www.fumarc.org.br, em que constará data, local e horário de realização da prova, para impressão pelo candidato.

8.2 - A consulta, impressão e conferência do CI são de exclusiva responsabilidade do candidato. Caso o candidato não consiga obter o cartão, a partir desta data, deverá entrar em contato com a Fumarc pelo telefone (31) 3249-7455, pelo email: fconcursosatendimento@pucminas.br, pessoalmente ou por terceiro, na FUMARC, situada à Rua Diamante, nº 1.100 – São Joaquim - Contagem/MG, das 9h às 12h ou das 13h30min às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados; para orientações de como proceder à impressão do referido Cartão de Informação.

8.3 - No Cartão de Informação estarão impressos o número de inscrição, o nome completo, a data de nascimento, o número do documento de identidade, o emprego/função, bem como a data, o horário e o local de realização das provas e outras orientações úteis ao candidato.

8.4 - É obrigação do candidato conferir os dados constantes do Cartão de Informação, especialmente o seu nome, a data de seu nascimento, o número do documento de identidade utilizado na inscrição e a respectiva sigla do órgão expedidor.

8.5 - Eventuais erros de digitação ocorridos no nome do candidato, no número do documento de identidade utilizado na inscrição, na sigla do órgão expedidor ou na data de nascimento deverão, obrigatoriamente, ser comunicado pelo candidato à FUMARC por meio do fax (31) 3376-7318 ou no

dia, no horário e no local de realização das provas, apresentando a Carteira de Identidade ao Fiscal de sala, que fará anotação no Relatório de Ocorrências.

8.5.1 - O candidato que não solicitar as correções dos dados pessoais, sobretudo da sua data de nascimento até o dia de realização das provas, nos termos do item 8.5, arcará com as consequências advindas de sua omissão, não podendo alegar posteriormente, essa condição para reivindicar a prerrogativa legal.

8.5.2 - Até a publicação do Resultado Final, alterações de endereço deverão ser solicitadas por escrito pelo candidato à FUMARC, podendo o pedido, datado e assinado, ser entregue pessoalmente, na Rua Diamante, nº 1.100 – São Joaquim – CEP 32113-000 - Contagem/MG, das 9h às 12h ou das 13h30min às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados ou enviado pelo email: fconcursosatendimento@pucminas.br ou via fax (31)3376-7318.

8.6 - Em nenhuma hipótese, serão efetuadas alterações e/ou retificações nos dados informados pelo candidato no Requerimento Eletrônico de Inscrição, relativos ao emprego público e nem quanto à condição em que concorre.

8.7 - O documento de identidade (com fotografia) indicado no Cartão de Informação (CI) será o mesmo que o candidato deverá apresentar na data de realização das provas, aceitando-se para tanto, os documentos oficiais equiparados, conforme previsto no item 9.4.3.

9 – REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA E REDAÇÃO

9.1. As Provas Objetivas de Múltipla Escolha e Redação serão aplicadas no dia **28 de fevereiro de 2016**, na cidade de Ipuã/SP e, se necessário, em cidades próximas, com horário, dia e locais indicados no Cartão de Informação.

9.1.1 - Em nenhuma hipótese será permitido ao candidato prestar provas fora da data, da cidade, do horário estabelecido ou do espaço físico determinado pela FUMARC

9.1.2 - Não haverá segunda chamada para as provas seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato. A ausência do candidato, por qualquer motivo, inclusive doença ou atraso, implicará na sua eliminação do Concurso Público.

9.2 - As provas terão duração de no mínimo 1 (uma) hora e no máximo de 04 (quatro) horas.

9.2.1 - O tempo de duração das provas abrange o tempo para leitura das instruções, a assinatura e transcrição das respostas para as Folhas de Respostas oficiais, sendo responsabilidade do candidato, observar o horário estabelecido.

9.2.2 - Em nenhuma hipótese haverá prorrogação do tempo de duração das provas, respeitando-se as condições previstas neste Edital.

9.2.3 - Os candidatos somente poderão ausentar-se da sala/local de realização das provas decorridas 1(uma) hora do início de aplicação das mesmas, por motivo de segurança e sigilo.

9.4 - Os candidatos deverão comparecer aos locais de prova 60 (sessenta) minutos antes do fechamento dos portões para realização das provas, munidos do original de documento de

identidade oficial com foto indicado na inscrição, lápis, borracha, caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente e preferencialmente com o Cartão de Informação

9.4.1 - Os candidatos não poderão utilizar-se, em hipótese alguma, de lapiseira, corretivos ou lápis-borracha ou outro material distinto do constante no item 9.4.

9.4.2 - Será eliminado deste Concurso Público, o candidato que se apresentar após o fechamento dos portões.

9.4.3 - Serão considerados documentos de identidade oficial: Cédula Oficial de Identidade (RG), Carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe (OAB, CREA, CRA, etc.), Carteira de Trabalho e Previdência Social, Carteira de Motorista com foto, Certificado de Reservista com foto e Passaporte válidos. A não apresentação de qualquer desses documentos, não dará direito ao candidato de fazer a prova.

9.4.3.1 - O documento deverá estar em perfeita condição, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato, e deverá conter, obrigatoriamente, filiação, fotografia recente, assinatura e data de nascimento.

9.4.3.2 - Não serão aceitos documentos de identificação com prazos de validade vencidos.

9.4.3.3 - Não serão aceitos documentos de identidade ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

9.4.4 - Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins, Protocolos, Boletim de Ocorrência, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação emitida anteriormente à Lei Federal n.º 9.503/97, Carteira de Estudante, Crachás, Identidade Funcional de natureza pública ou privada, cópias dos documentos citados, ainda que autenticadas, ou quaisquer outros documentos não constantes deste Edital.

9.4.5 - O comprovante de inscrição e Cartão de Informação para as provas não terão validade como documento de identidade.

9.5 - **Não será enviado**, via Correios, o Cartão de Informação para as provas. A data, o horário e o local da realização das Provas serão disponibilizados conforme o item 8.1.

9.6 - O candidato não poderá alegar desconhecimento acerca da data, horário e local de realização das provas, para fins de justificativa de sua ausência.

9.7 - É de exclusiva responsabilidade do candidato, tomar ciência do trajeto até o local de realização das provas, a fim de evitar eventuais atrasos, sendo aconselhável ao candidato visitar o local de realização das provas com antecedência.

9.8 - O não comparecimento às provas, por qualquer motivo, caracterizará a desistência do candidato e resultará em sua eliminação deste Concurso Público.

9.9 - O candidato que, por qualquer motivo, não tiver seu nome constando na Convocação para as Provas Objetivas de Múltipla Escolha, mas que apresente o respectivo comprovante de pagamento, efetuado nos moldes previstos neste Edital, poderá participar do Concurso Público.

9.9.1 - Para ser incluído, o candidato deverá entrar em contato com a FUMARC imediatamente após a publicação de que trata o item anterior, para ser informado do local onde realizará as provas, onde deverá ser preenchido e assinado, no dia da prova, formulário específico.

9.9.2 - A inclusão de que trata o item 9.9.1 será realizada de forma condicional, sujeita a posterior verificação quanto à regularidade da referida inscrição.

9.9.3 - Constatada a irregularidade da inscrição, a inclusão do candidato será automaticamente cancelada, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

9.10 - O candidato deverá apor sua assinatura na lista de presença, de acordo com aquela constante do seu documento de identidade, vedada à aposição de rubrica.

9.11 - Depois de identificado e acomodado na sala de prova, o candidato não poderá manusear nenhum dos equipamentos eletrônicos proibidos pelo Edital, bem como consultar ou manusear qualquer material de estudo ou de leitura enquanto aguarda o horário de início da prova.

9.12 - Depois de identificado e instalado, o candidato somente poderá deixar a sala mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal ou sob a fiscalização da equipe de aplicação de provas.

9.13 - Durante o período de realização das provas, não será permitido o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço, abafadores auriculares, tampões e/ou similares, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, *paggers*, *bip*, relógios de qualquer tipo, agenda eletrônica, calculadora, *walkman*, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *tablet*, gravador, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, assim como não será permitido anotação de informações relativas às questões das provas e suas respostas (copiar gabarito) fora dos meios permitidos, uso de notas, anotações, livros, impressos, manuscritos, códigos, manuais ou qualquer outro material literário ou visual. O descumprimento desta instrução implicará na eliminação do candidato.

9.13.1 - Telefone celular, rádio comunicador e aparelhos eletrônicos dos candidatos, enquanto na sala de prova, deverão permanecer desligados, tendo sua bateria retirada, sendo acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova.

9.13.2 - No caso dos telefones celulares, do tipo *smartphone*, em que não é possível a retirada da bateria, os mesmos deverão ser desligados sendo acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova. Caso tais aparelhos emitam qualquer som, o candidato será eliminado do Concurso Público.

9.13.3 - O candidato que, durante a realização das provas, for encontrado portando qualquer um dos objetos especificados no item 9.13, incluindo os aparelhos eletrônicos citados, mesmo que desligados, será automaticamente eliminado do Concurso Público.

9.13.4 - É vedado o ingresso de candidato na sala de provas portando arma de fogo ou objetos similares, mesmo que possua o respectivo porte.

9.13.5 - Não haverá guarda-volumes para objetos, documentos, equipamentos eletrônicos ou similares, não possuindo a PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUÃ/SP ou a FUMARC qualquer responsabilidade sobre os mesmos, por eventual dano, extravio, perda, furto, dentre outros. Os itens perdidos durante a realização das provas escritas, que porventura venham a ser encontrados e

entregues à FUMARC, serão guardados pelo prazo de 30 (trinta) dias, quando, então, serão encaminhados à Seção de Achados e Perdidos dos Correios.

9.14 - A FUMARC recomenda que o candidato leve apenas o documento original de identidade oficial com foto, lápis, borracha, caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente e preferencialmente com o Cartão de Informação, para a realização das provas.

9.15 - Os candidatos com cabelos longos devem comparecer com os cabelos presos, deixando as orelhas à mostra.

9.16 - Serão fornecidos ao candidato os Cadernos de Questões e as Folhas de Respostas personalizadas com os dados do candidato, para aposição da assinatura no campo próprio e transcrição das respostas.

9.17 - O candidato deverá conferir os seus dados pessoais impressos nas Folhas de Respostas, em especial seu nome e número do documento de identidade.

9.18 - Somente será permitida a transcrição das respostas nas Folhas de Respostas das Provas feitas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, que será o único documento válido para a correção, vedado qualquer colaboração ou participação de terceiros, respeitadas as condições solicitadas e concedidas aos candidatos que necessitarem de condições especiais para a realização das provas.

9.19 - O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar as Folhas de Respostas das Provas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção.

9.20 - Não haverá substituição das Folhas de Respostas das Provas por erro do candidato.

9.21 - Não serão computadas questões não respondidas, que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emendas ou rasuras, ainda que legíveis.

9.22 - Serão consideradas nulas as Folhas de Respostas das Provas que estiverem marcadas ou escritas, respectivamente, a lápis, bem como contendo qualquer forma de identificação ou sinal distintivo (nome, pseudônimo, símbolo, data, local, desenhos ou formas) produzido pelo candidato fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade.

9.23 - O preenchimento das Folhas de Respostas das provas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e na capa do Caderno de Questões.

9.24 - Com vistas à garantia da isonomia e lisura do certame, o candidato poderá ser submetido a detector de metais e à identificação por meio da coleta da impressão digital durante a realização das provas.

9.25 - As instruções que constam no Caderno de Questões das Provas e nas Folhas de Respostas, bem como as orientações e instruções expedidas pela FUMARC durante a realização das provas complementam este Edital e deverão ser observadas e seguidas pelo candidato.

9.26 - Após identificação para entrada e acomodação na sala, será permitido ao candidato ausentar-se da sala exclusivamente nos casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporária de

necessidade extrema antes do início da prova, desde que acompanhado de um Fiscal. O candidato que, por qualquer motivo, não retornar à sala será automaticamente eliminado do Concurso Público.

9.27 - Não haverá prorrogação do tempo de duração das provas, respeitando-se as condições previstas neste Edital.

9.28 - Somente será permitido ao candidato retirar-se definitivamente da sala de prova após transcorrido o tempo de **1 (uma) hora de seu início**, mediante a entrega obrigatória das suas Folhas de Respostas e do seu Caderno de Questões devidamente preenchidos e assinados, ao fiscal de sala.

9.28.1 - O candidato que, por qualquer motivo ou recusa, não permanecer em sala durante o período mínimo estabelecido no item 9.28, terá o fato consignado em ata e será automaticamente eliminado do Concurso Público.

9.29 - Não será permitida, nos locais de realização das provas, a entrada e/ou permanência de pessoas não autorizadas pela FUMARC, observado o previsto no item 7.2.5 deste Edital.

9.30 - A inviolabilidade das provas será comprovada no momento do rompimento do lacre dos pacotes, na presença de todos os candidatos, nas salas de realização das provas.

9.31 - Ao terminarem as Provas, os candidatos deverão se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros.

9.32 - No dia da realização das provas, não serão fornecidas por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou critérios de avaliação/classificação.

9.33 - Poderá ser eliminado o candidato que:

- a) apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora dos locais pré-determinados;
- b) não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;
- c) não apresentar o documento de identidade exigido no item 9.4 deste Edital;
- d) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal, ou antes, do tempo mínimo de permanência estabelecido no item 9.28 deste Edital;
- e) fazer uso de notas, anotações, livros, impressos, manuscritos, códigos, manuais ou qualquer outro material literário ou visual, salvo se expressamente admitido no Edital;
- f) for surpreendido usando boné, gorro, chapéu, óculos de sol, quaisquer equipamentos eletrônicos mesmo que desligados como, calculadora, *walkman*, *notebook*, *palm-top*, *ipod*, *tablet*, agenda eletrônica, gravador ou outros similares, ou instrumentos de comunicação interna ou externa, tais como telefone celular, *bip*, *pager* entre outros, ou que deles fizer uso;
- g) não prender os cabelos longos atrás da orelha;
- h) não devolver o Caderno de Questões e as Folhas de Respostas conforme o item 9.28 deste Edital;
- i) fizer anotação de informações relativas às questões das provas e suas respostas (copiar gabarito) fora dos meios permitidos;
- j) ausentar-se da sala de provas, portando as Folhas de Respostas e/ou Caderno de Questões;

- k)** não cumprir as instruções contidas no Caderno de Questões das Provas e nas Folhas de Respostas;
- l)** utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer fase do Concurso Público;
- m)** não permitir a coleta de sua assinatura;
- n)** recusar a submeter-se ao sistema de detecção de metal e coleta de impressão digital;
- o)** fotografar, filmar ou, de alguma forma, registrar e divulgar imagens e informações acerca do local da prova, da prova e de seus participantes;
- p)** desrespeitar, ofender, agredir ou, de qualquer outra forma, tentar prejudicar outro candidato;
- q)** perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos durante a preparação ou realização das provas;
- r)** tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, aplicadores ou autoridades presentes;
- s)** recusar-se a seguir as instruções dadas por membro da Comissão Organizadora, da Banca Examinadora, da equipe de aplicação e apoio às provas ou qualquer outra autoridade presente no local do certame;
- t)** deixar de atender as normas contidas no Caderno de Questões das Provas e nas Folhas de Respostas e demais orientações/instruções expedidas pela FUMARC.

9.34 - Caso ocorra alguma das situações previstas no item 9.33, será lavrada uma Ata de Ocorrência pela FUMARC, que será enviada à Prefeitura Municipal de Ipuã/SP para as providências cabíveis.

9.35 - Os gabaritos oficiais das Provas Objetivas de Múltipla Escolha serão publicados no Quadro Oficial de Avisos da Prefeitura Municipal de Ipuã/SP e em jornais de circulação local, e, divulgados nos endereços eletrônicos www.ipua.sp.gov.br e www.fumarc.org.br, no dia **01/03/2016**.

9.36 - Em observância dos princípios da publicidade e da isonomia, o Caderno de Questões das provas será divulgado no endereço eletrônico www.fumarc.org.br, na mesma data da divulgação dos gabaritos e apenas durante o prazo recursal.

9.37 - O espelho da Folha de Respostas do candidato será disponibilizado para consulta individual no endereço eletrônico www.fumarc.org.br, na mesma data da divulgação das notas, e apenas durante o prazo recursal.

10. ETAPAS NO CONCURSO PÚBLICO

10.1 - O Concurso Público será realizado em 2 (duas) etapas

10.1.1 - 1ª ETAPA: Prova Objetiva composta de questões de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, para todos os empregos públicos.

10.1.2 - 2ª ETAPA: Prova de Redação, de caráter classificatório, para os empregos públicos de Nível Médio de Ensino.

10.1.3 - 2ª ETAPA: Prova de Títulos, de caráter classificatório, para os empregos públicos de Nível Superior de Ensino.

10.1.4 - 2ª ETAPA: Provas Práticas, de caráter eliminatório, para o emprego público de Pedreiro.

10.1.5 - 2ª ETAPA: Avaliação Física, de caráter eliminatório, para os empregos públicos de Ajudante de Manutenção e Ajudante de Manutenção para área de esporte.

10.2 – Prova Objetiva de Múltipla Escolha

10.2.1 - As Provas Objetivas de Múltipla Escolha serão constituídas conforme o **Anexo II**.

10.2.2 - Os Conteúdos Programáticos e Sugestões Bibliográficas referentes à Prova Objetiva de Múltipla Escolha são os constantes do **Anexo III** deste Edital.

10.2.3 - A Prova Objetiva de Múltipla Escolha, distribuídas pelas disciplinas, conforme o **Anexo III**, sendo que cada questão conterà 4 (quatro) alternativas com uma única resposta correta.

10.2.4 - A cada questão da prova objetiva de múltipla escolha será atribuído 1(um) ponto.

10.2.5 - A Prova Objetiva de Múltipla Escolha de todos os candidatos será corrigida por meio de leitura óptica.

10.2.6 - Será eliminado deste Concurso Público o candidato que receber nota 0 (zero) em qualquer uma das disciplinas da prova objetiva de múltipla escolha.

10.2.7 - O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, implementado a partir de janeiro de 2009, será exigido para efeito de avaliação, tendo em vista que, nos termos do Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, o uso dessa nova norma ortográfica é facultativo somente até 31 de dezembro de 2015.

10.3 - Prova de Redação

10.3.1 - Somente serão corrigidas as Redações dos candidatos de Nível Médio de Ensino aprovados na Prova Objetiva de Múltipla Escolha, observadas as exigências do item 10.2.6, correspondente a 20 (vinte) candidatos por vaga oferecida em cada emprego público, respeitados os candidatos empatados na última posição, ficando os demais candidatos reprovados e eliminados do concurso para todos os efeitos.

10.3.1.1 - No caso de empate na listagem de aprovados na Prova Objetiva de Múltipla Escolha, será realizado preliminarmente o desempate conforme previsto no item 11.2 e seus subitens deste Edital, e corrigidas as redações somente dos candidatos classificados até o limite estabelecido no item anterior, acrescidos daqueles empatados na última classificação.

10.3.2 - Somente serão corrigidas as redações dos candidatos com deficiência aprovados dentro do limite estabelecido para os empregos públicos, conforme previsto no item 10.3.1.

10.3.3 - A Prova de Redação, de caráter classificatório, consistirá na elaboração de um texto dissertativo/argumentativo sobre tema contemporâneo que deverá conter o mínimo de 25 (vinte e cinco) linhas e o máximo de 30 (trinta) linhas.

10.3.4 - Será penalizado o candidato que não obedecer aos limites de números de linhas definido nas orientações dos Cadernos das Provas de Redação de acordo com os seguintes critérios:

a) desconto de 0,1 (zero vírgula um) ponto por linha aquém do mínimo estipulado;

b) desconto de 0,1 (zero vírgula um) ponto por linha que exceda o máximo estipulado.

10.3.5 - A Prova de Redação será avaliada na escala de 0 (zero) a **05 (cinco)** pontos distribuídos conforme os critérios do quadro a seguir:

Aspectos Avaliados	Total de Pontos
Argumentação e informatividade dentro do tema proposto – AI – (originalidade, suficiência, correção, relevância e propriedade das informações)	2,00
Coerência e Coesão - CC (organização adequada de parágrafos, continuidade e progressão de ideias, uso apropriado de articuladores)	1,00
Morfossintaxe – M – (emprego de pronomes, relação entre as palavras, concordância verbal e nominal, organização e estruturação dos períodos e orações, emprego dos tempos e modos verbais e colocação de pronome)	1,00
Pontuação, acentuação e ortografia - PO	1,00
Valor total da Redação	5,00 (cinco) pontos

10.3.6 - A Folha de Resposta da Prova de Redação não poderá conter qualquer identificação do candidato, na parte destinada à dissertação do tema proposto, garantindo assim o sigilo do autor da Redação.

10.3.7 - Na Prova de Redação o candidato somente poderá registrar seu nome, número de inscrição ou assinatura em lugar/campo especificamente indicado, sob pena de anulação da sua prova e conseqüente eliminação do candidato deste concurso público.

10.3.8 - A Folha para rascunho, constante do caderno de prova, será de preenchimento facultativo e em nenhuma hipótese o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da prova.

10.3.9 - Não serão fornecidas folhas adicionais para complementação da Prova de Redação, devendo o candidato limitar-se a uma única Folha padrão recebida.

10.3.10 - A Prova de Redação deverá ser manuscrita, em letra **LEGÍVEL**, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas. Nesse caso, o candidato será acompanhado por fiscal da FUMARC devidamente treinado, para o qual deverá ditar os textos, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.

10.3.11 - Não será permitido o uso de corretivo de texto.

10.3.12 - Será atribuída nota zero à Redação:

- a) no caso de não haver texto;
- b) cujo conteúdo versar sobre tema diverso do estabelecido;
- c) que fuja da tipologia, tema e proposta da Redação;
- d) considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita, ou em idioma diverso do Português;

- e) que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta;
- f) cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio de outro autor;
- g) que apresentar qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação do candidato.

10.3.12 - O espelho da Folha de redação do candidato será divulgado no endereço eletrônico da FUMARC, na mesma data da divulgação das notas, e apenas durante o prazo recursal, não sendo permitido ao candidato levar o rascunho da sua prova.

10.4 - Prova de Títulos

10.4.1 – Na Prova de Títulos, de caráter classificatório, somente serão analisados os títulos dos candidatos aos empregos públicos de Nível Superior de Ensino aprovados na Prova Objetiva de Múltipla Escolha, observadas as exigências do item 10.2.6, correspondente a 10 (dez) candidatos por vaga oferecida em cada emprego público, respeitados os candidatos empatados na última posição.

10.4.1.1 - No caso de empate na listagem de aprovados na Prova Objetiva de Múltipla Escolha, será realizado preliminarmente o desempate conforme previsto no item 11.2 e seus subitens deste Edital, e convocados para Prova de Títulos somente os candidatos classificados até o limite estabelecido no item anterior, acrescidos daqueles empatados na última classificação.

10.4.2 - Os títulos considerados neste Concurso, desde que tenham correlação com a área correspondente ao emprego público a que o candidato concorre, suas pontuações, o limite máximo por categoria e a forma de comprovação, são assim discriminados:

TÍTULO	COMPROVAÇÃO	PONTOS POR CADA TÍTULO
Doutorado	Especialização em nível <i>Stricto Sensu</i> , na área específica do emprego público pretendido, em nível de Doutorado (título de Doutor), mediante a apresentação de fotocópia autenticada em cartório do respectivo diploma (frente e verso), expedido por instituição superior reconhecida pelo MEC ou de fotocópias autenticadas em cartório da Ata da Banca Examinadora, devidamente assinada, comprovando a aprovação da dissertação ou tese. ACOMPANHADO DO RESPECTIVO HISTÓRICO ESCOLAR.	2,00
Mestrado	Especialização em nível <i>Stricto Sensu</i> , na área específica do emprego público pretendido, em nível de Mestrado (título de Mestre), mediante a apresentação de fotocópia autenticada em cartório do respectivo diploma (frente e verso), expedido por instituição superior reconhecida pelo MEC ou de fotocópias autenticadas em cartório da Ata da Banca Examinadora, devidamente assinada, comprovando a aprovação da dissertação ou tese. ACOMPANHADO DO RESPECTIVO HISTÓRICO ESCOLAR.	1,00
Especialização	Fotocópia autenticada em cartório (frente e verso), do Certificado de conclusão do curso de pós-graduação (<i>lato sensu</i>), em nível de especialização na área específica do emprego público pretendido, expedido por instituição superior reconhecida pelo MEC ou pelo CEE, devidamente registrado, ACOMPANHADO DO RESPECTIVO HISTÓRICO ESCOLAR , com indicação da carga horária mínima de	0,50

	360 horas e conteúdos ministrados.	
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS		2,50

10.4.3 - Serão pontuados apenas 1 (um) título de especialização lato sensu, 1 (um) de Mestrado e 1 (um) de Doutorado.

10.4.4 - A comprovação de títulos, para a qual não se aceitarão declarações, atestados e documentos em língua estrangeira, observará os critérios estabelecidos no item 10.4.2.

10.4.5 - Os candidatos detentores de diplomas de mestrado ou doutorado realizados em universidades estrangeiras só terão seus cursos considerados para os fins deste Edital se seus diplomas tiverem sido revalidados conforme as regras estabelecidas pelo MEC.

10.4.6 - Apenas serão analisados os títulos de formação acadêmica dos candidatos aos empregos públicos de Nível Superior, aprovados nas provas objetivas e que estejam dentro do limite estabelecido no item 10.4.1.

10.4.7 – Os Títulos deverão ser entregues no **dia 28 de fevereiro de 2016**, no horário e local de realização das provas.

10.4.8 - O candidato deverá entregar os Títulos em envelope lacrado, tamanho ofício, contendo externamente, em sua face frontal, os seguintes dados:

- a) Concurso Público “Prefeitura Municipal de Ipuã” - PROVA DE TÍTULOS;
- b) Nome completo e número de inscrição ou controle do candidato;
- c) Especificação do emprego público para o qual está concorrendo.

10.4.9 - A documentação deverá ser entregue individualmente, não podendo entregar em um mesmo envelope, títulos de outro candidato.

10.4.10 - Toda documentação deverá ser entregue em cópia autenticada em cartório de notas (frente e verso).

10.4.10.1 - Não serão consideradas, em nenhuma hipótese, para fins de avaliação, as cópias de documentos que não estejam autenticadas por Cartório de Notas, bem como documentos gerados por via eletrônica que não estejam acompanhados com o respectivo mecanismo de autenticação.

10.3.11 - Será da exclusiva responsabilidade do candidato à entrega da documentação referente à Prova de Títulos, não sendo aceita fora do prazo, horário e local estabelecidos no item 10.4.7.

10.4.12 - Todos os títulos deverão ser entregues de uma única vez, não se admitindo complementação, suplementação, inclusão e/ou substituição de documentos durante ou após os períodos estabelecidos neste Edital.

10.4.13 - Não serão aceitos títulos entregues fora do prazo, por fax, por internet ou por qualquer outra forma não prevista neste Edital.

10.4.14 - Não serão devolvidas ou disponibilizadas cópias, aos candidatos, dos documentos referentes aos títulos.

10.4.15 - Outros comprovantes de conclusão de curso ou disciplina, tais como: comprovantes de pagamento de taxa para obtenção de documentação, cópias de requerimentos, declarações,

atestados ou documentos que não estejam em consonância com as disposições deste Edital não serão considerados para efeito de pontuação.

10.4.16 - Não será considerado o título de pós-graduação quando o mesmo for requisito exigido para o exercício do respectivo emprego público, bem como outros títulos de formação tais como: língua inglesa, língua espanhola, informática, entre outros.

10.4.17 - A documentação referente aos títulos será avaliada pela FUMARC.

10.4.18 - Serão recusados, liminarmente, os títulos que não atenderem as exigências deste Edital.

10.4.19 - Os candidatos que entregaram os Títulos no dia da prova, mas que não foram aprovados nas Provas Objetivas de Múltipla Escolha ou que ficaram fora do limite estabelecido no item 10.4.1, poderão retirar a sua documentação de Títulos na Prefeitura Municipal de Ipuã/SP, após a homologação do Concurso Público.

10.5 - Provas Práticas

10.5.1 - As Provas Práticas, de caráter eliminatório, avaliará a experiência técnica e profissional, os conhecimentos técnicos e a habilidade dos candidatos. Esta etapa constará da demonstração prática da capacitação técnica e habilidade na execução de tarefas relacionadas ao desempenho das atividades profissionais pertinentes ao emprego público.

10.5.2 - Somente serão convocados para as Provas Práticas, de caráter eliminatório, os candidatos ao emprego público de Pedreiro aprovados na Prova Objetiva de Múltipla Escolha, observadas as exigências do item 10.2.6, correspondente a 10 (dez) candidatos por vaga oferecida no emprego público para Pedreiro, respeitados os candidatos empatados na última posição.

10.5.2.1 - No caso de empate na listagem de aprovados na Prova Objetiva de Múltipla Escolha, será realizado preliminarmente o desempate conforme previsto no item 11.2 e seus subitens deste Edital, e realizada a prova prática para os candidatos classificados até o limite estabelecido no item anterior, acrescidos daqueles empatados na última classificação.

10.5.3 - Em nenhuma hipótese será permitido ao candidato prestar a Prova Prática fora da data, da cidade, do horário estabelecido ou do espaço físico determinado pela FUMARC, bem como sob nenhum pretexto ou motivo, haverá segunda chamada para a realização da prova prática, sendo eliminado, o candidato ausente ou retardatário, seja qual for o motivo alegado.

10.5.4 - Os candidatos ao emprego público de Pedreiro realizarão prova prática na área de conhecimento em que irão atuar, a fim de comprovar seu domínio sobre as tarefas determinadas pelo examinador técnico na área, das seguintes formas:

10.5.4.1 - Os candidatos ao emprego público de **Pedreiro**, serão avaliados quanto ao conhecimento técnico na utilização das ferramentas, destreza e agilidade na execução das tarefas e acabamento e qualidade do trabalho realizado. A prova prática constará da execução de atividades correlatas ao emprego público, tais como:

DESCRIÇÃO	PONTOS
Construção de uma parede em canto, definindo a medida do esquadro, observando o prumo.	10,00

Utilização de tijolos de forma dobrada e amarrada.	5,00
Levantamento da diferença de nível entre dois pontos a determinar no local proposto, com a utilização de nível de mangueira.	5,00
Total de pontos	20,00

10.5.5 - As provas práticas terão valor máximo de 20 (vinte) pontos, sendo considerado APTO apenas os candidatos que obtiverem o percentual igual ou superior de 10% (dez por cento) de aproveitamento dos pontos nas referidas provas.

10.5.6 - As provas práticas serão realizadas na cidade de Ipuã/SP, em data e local a serem publicados no Quadro Oficial de Avisos da Prefeitura Municipal de Ipuã/SP e em jornais de circulação local, e divulgados nos endereços eletrônicos www.ipua.sp.gov.br e www.fumarc.org.br.

10.5.7 - Os candidatos convocados para esta etapa deverão comparecer no local indicado para realização da prova 30 (trinta) minutos antes do horário fixado para seu início, munidos do documento de identidade e, preferencialmente do comprovante de inscrição.

10.5.8 - Não haverá tratamento diferenciado a nenhum candidato, sejam quais forem às circunstâncias alegadas, tais como alterações orgânicas ou fisiológicas permanentes ou temporárias, deficiências, estados menstruais, indisposições, câibras, contusões, gravidez ou outras situações que impossibilitem, diminuam ou limitem a capacidade física e/ou orgânica do candidato, sendo que o candidato deverá realizar os referidos testes de acordo com o escalonamento previamente efetuado pela Fumarc, o qual será realizado de forma aleatória.

10.5.9 - Será inapto e eliminado do concurso, o candidato que:

- a) Retirar-se do recinto da prova durante sua realização sem a devida autorização ou que não estiver no local da prova no horário previsto para assinar a lista de chamada, sendo automaticamente desclassificado;
- b) Não apresentar a documentação exigida;
- c) Não obtiver o mínimo de 10% (dez por cento) de aproveitamento dos pontos da prova prática;
- d) Faltar com a devida cortesia para com qualquer dos examinadores, seus auxiliares, autoridades presentes e/ou candidatos;
- e) For surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução dos testes ou tentando usar de meios fraudulentos e/ou ilegais para a realização da prova; e
- f) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

10.5.10 - O resultado dos candidatos Aptos nas provas práticas será publicado em jornais de circulação local e divulgado nos endereços eletrônicos www.ipua.sp.gov.br e www.fumarc.org.br, e, bem como será afixado no Quadro Oficial de Avisos da Prefeitura Municipal de Ipuã/SP.

10.6 – Avaliação Física

10.6.1 - A Avaliação Física avaliará a capacidade do candidato para suportar, física e organicamente as exigências práticas de atividades físicas e demais exigências próprias dos empregos públicos.

10.6.2 - Somente serão convocados para Avaliação Física, de caráter eliminatório, os candidatos aos empregos públicos de **Auxiliar de Manutenção e Auxiliar de Manutenção para área de esporte**

aprovados na Prova Objetiva de Múltipla Escolha, observadas as exigências do item 10.2.6, correspondente a 10 (dez) candidatos por vaga oferecida em cada emprego público, respeitados os candidatos empatados na última posição.

10.6.2.1 - No caso de empate na listagem de aprovados na Prova Objetiva de Múltipla Escolha, será realizado preliminarmente o desempate conforme previsto no item 11.2 e seus subitens deste Edital, e realizada a Avaliação Física para os candidatos classificados até o limite estabelecido no item 10.6.2, acrescidos daqueles empatados na última classificação.

10.6.3 - Em nenhuma hipótese será permitido ao candidato fazer a Avaliação Física fora da data, da cidade, do horário estabelecido ou do espaço físico determinado pela FUMARC, bem como, sob nenhum pretexto ou motivo, haverá segunda chamada para a realização da Avaliação Física, sendo eliminado, o candidato ausente ou retardatário, seja qual for o motivo alegado.

10.6.4 - A Avaliação Física será realizada na cidade de Ipuã/SP, em data e local a serem publicados no Quadro Oficial de Avisos da Prefeitura Municipal de Ipuã/SP e em jornais de circulação local, e divulgados nos endereços eletrônicos www.ipua.sp.gov.br e www.fumarc.org.br.

10.6.4.1 - A identificação correta do local de aplicação da Avaliação Física e o comparecimento no horário determinado serão de inteira responsabilidade do candidato. Em nenhuma hipótese, a Avaliação Física será realizada fora do local, data e horário determinados.

10.6.5 - O candidato convocado para a Avaliação Física deverá:

a) apresentar documento único de identidade original de valor legal, que contenha, no mínimo, fotografia, assinatura e filiação, de preferência o apresentado no ato da inscrição e o Comprovante de Inscrição - CI;

b) apresentar, obrigatoriamente no modelo indicado no **Anexo VII**, o Atestado Médico emitido por um médico com especialidade, preferencialmente, em cardiologia ou medicina esportiva, podendo ser datado, no máximo, com 20 (vinte) dias que antecederem a data de realização da Avaliação Física, devendo especificar que o candidato “ESTÁ EM PLENO GOZO DE SAÚDE FÍSICA E MENTAL, ESTANDO APTO A REALIZAR OS ESFORÇOS FÍSICOS PREVISTOS NO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE IPUÃ/SP”. Conter nome completo, número do RG do candidato e a data de emissão do atestado, bem como conter obrigatoriamente nome legível, carimbo, assinatura e número do CRM do médico responsável pela emissão do atestado.

c) comparecer ao local designado com trajés adequados: camiseta, calção de ginástica ou malha e tênis.

10.6.6 - A não apresentação do atestado médico, estritamente condizente com o aprazado no item 10.6.5, acarretará na impossibilidade de realização da Avaliação Física, ficando o candidato eliminado do Concurso Público.

10.6.7 - Não será aceita entrega de atestado médico em outro momento que a marcada para esse fim.

10.6.8 - Caberá à banca examinadora, responsável pela aplicação dos testes da Avaliação Física, a verificação e aceitação dos atestados médicos, bem como dos trajés usados pelos candidatos.

10.6.9 - Será eliminado do concurso o candidato que não atender aos itens 10.6.5 e 10.6.6.

10.6.10 - Os testes de Avaliação Física serão aplicados por profissionais de Educação Física.

10.6.11 - A FUMARC manterá no local da Avaliação Física, pessoa especializada para prestação de primeiros socorros, se necessário.

10.6.12 - Os candidatos convocados deverão comparecer com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário marcado, munidos de documento de identidade original com foto, do Atestado Médico e com trajes adequados.

10.6.12.1 - Somente será submetido à Avaliação Física, o candidato que portar os documentos relacionados no item 10.6.5, bem como se estiver com os trajes adequados, de acordo com a banca examinadora.

10.6.13 - A Avaliação Física consistirá na realização de testes físicos, conforme detalhamento abaixo, sendo todos os testes de caráter eliminatório.

10.6.14 - **TESTE DE CORRIDA** em 12 (doze) minutos - (masculino e feminino) avaliará o condicionamento físico do candidato. O objetivo é medir se o candidato possui, no momento do concurso, uma capacidade de resistência mínima para o desempenho do emprego público. Esta classificação se relaciona ao nível de não sedentarismo.

10.6.14.1 - A preparação e execução deste teste consistirá em:

a) Corrida de 2.200 Metros (masculino) em 12 minutos;

b) Corrida de 1.800 Metros (feminino) em 12 minutos;

c) Percorrer no tempo de 12 (doze) minutos em uma pista de atletismo, o percurso mínimo exigido, sendo permitido andar durante a sua realização.

d) Faltando 2 (dois) minutos para o encerramento do teste, será emitido um sinal sonoro (com um apito) avisando os candidatos sobre o tempo já decorrido. Após 12 (doze) minutos será dado um sinal sonoro finalizando o teste. O candidato deverá parar no lugar em que estiver e ficar em pé, andando transversalmente na pista onde aguardará a anotação do seu percurso pelo fiscal do teste.

10.6.14.2 - Mínimo de aprovação neste teste:

a) Sexo Masculino: Será considerado aprovado o candidato que percorrer nos 12 (doze) minutos, a distância mínima de 2.200 (dois mil e duzentos) metros.

b) Sexo Feminino: Será considerada aprovada a candidata que percorrer nos 12 (doze) minutos, a distância mínima de 1.800 (hum mil e oitocentos) metros.

10.6.14.3 - Não será permitido ao candidato:

a) Depois de iniciado o Teste de Corrida, abandonar o circuito antes da liberação do examinador;

b) Dar ou receber qualquer tipo de ajuda física;

c) Deslocar-se, no sentido progressivo ou regressivo da marcação da pista, finalizados os 12 (doze) minutos, sem liberação da banca.

10.6.14.4 - Caberá para execução do Teste de Corrida somente uma tentativa.

10.6.15 – TESTE DE DINAMOMETRIA – Força Muscular (masculino e feminino) tem como objetivo verificar se o candidato possui um nível mínimo de força nos músculos que o possibilite realizar as funções exigidas pelo emprego público. Este teste será realizado antes da realização do teste de corrida de 12 (doze) minutos.

10.6.15.1 - Este teste constará de exames com a seguinte aparelhagem:

- a) Manual: capacidade de carga = 50 Kgf
- b) Dorsal: capacidade de carga = 200 Kgf
- c) Escapular: capacidade de carga = 50 Kgf

10.6.15.2 - Preparação e execução dos Testes de Dinamometria:

10.6.15.2.1 - Teste de Dinamometria Manual:

- a) O candidato deverá posicionar-se em pé, com afastamento lateral das pernas, os braços ao longo do corpo, o punho e antebraço em posição de pronação, segurando o dinamômetro na linha do antebraço;
- b) Na posição indicada, o candidato deverá realizar a maior tensão possível de flexão dos dedos, com a apreensão da barra móvel do dinamômetro entre os dedos e a base do polegar;
- c) Não será permitida nenhuma movimentação do cotovelo e punho.
- d) O candidato terá 3 (três) tentativas sendo estas de contração máxima e que devem ser realizadas de forma alternada, em cada uma das mãos, tendo como resultado a soma de ambas as mãos.

10.6.15.2.2 - Teste de Dinamometria Dorsal:

- a) O candidato posicionar-se-á em pé sobre a plataforma do dinamômetro, deixando os joelhos completamente estendidos, o tronco levemente flexionado à frente formando um ângulo de aproximadamente 120 graus e a cabeça acompanhando o prolongamento do tronco com o olhar fixo à frente.
- b) A posição das mãos, quando segurar na alavanca do dinamômetro, deverá ser uma palmar e a outra dorsal.
- c) Quando o candidato atingir esta posição, o profissional de educação física solicitará que ele aplique a maior força muscular possível nos músculos da região lombar, deixando-a ereta.
- d) Não é permitido ao candidato inclinar-se para trás ou realizar qualquer movimento adicional com as pernas e com os braços, como flexão dos joelhos e/ou dos cotovelos, durante a realização das ações musculares de tração lombar.
- e) O candidato terá três tentativas com descanso de 5 (cinco) minutos entre as execuções.

10.6.15.2.3 - Teste de Dinamometria Escapular:

- a) O candidato posicionar-se-á em pé, com os pés afastados, tronco em posição anatômica, cabeça direcionada para frente, fixando o dinamômetro com as duas mãos ao mesmo tempo e os ombros abduzidos formando um ângulo de 90 graus. Ao segurar o dinamômetro, apoiar com todos os dedos, inclusive o polegar.

- b)** Quando o candidato atingir essa posição será solicitado que execute o movimento em explosão.
- c)** Não será permitido movimentar o corpo tirando os pés da posição inicial ou deixar cair os ombros saindo do ângulo de 90 graus. Esses movimentos dificultam a execução do teste.
- d)** O candidato terá três tentativas com descanso de 5 (cinco) minutos entre as execuções

10.6.16 - O teste de Dinamometria obedecerá aos seguintes critérios de avaliação:

a) Dinamometria Manual

- desempenho mínimo para aprovação:

Masculino: 35 Kgf

Feminino: 30 Kgf

b) Dinamometria Escapular

- desempenho mínimo para aprovação:

Masculino: 30 Kgf

Feminino: 25 Kgf

c) Dinamometria Dorsal

- desempenho mínimo para aprovação:

Masculino: 90 Kgf

Feminino: 80 Kgf

10.6.17 - O resultado a ser considerado será aquele de maior valor e o candidato será considerado APTO ou INAPTO.

10.6.18 - Na execução dos testes não será permitida a presença de nenhuma pessoa alheia ao processo.

10.6.19 - Recomenda-se que o candidato, para realização dos testes, tenha feito uma refeição com uma antecedência mínima de 2 (duas) horas.

10.6.20 - Ficará a emprego público do candidato o aquecimento ou preparação inicial para a realização dos testes.

10.6.21 - Não será admitido o uso de qualquer substância química capaz de alterar o desenvolvimento natural do candidato, ficando a critério da Comissão Examinadora a escolha aleatória de qualquer concorrente para sujeição a exames laboratoriais.

10.6.21.1 - Será eliminado o candidato que se negar a fornecer o material para exame, bem como aquele cujo resultado for positivo.

10.6.22 - Os casos de alterações físicas, psíquicas ou orgânicas, mesmo que temporárias (gravidez, estados menstruais, indisposições, câimbras, contusões, luxações, fraturas, etc), que impossibilitem a realização da Avaliação Física, na data e horários marcados, ou diminuam ou limitem a capacidade física do candidato, não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento diferenciado ou adiamento da Avaliação Física.

10.6.23 - O candidato que estiver impossibilitado de realizar a Avaliação Física, por motivos médicos ou por qualquer outro fator impeditivo, não poderá realizá-la em outra data e horário, estando, portanto, eliminado do Concurso Público.

10.6.24 - O candidato que vier a acidentarse, sofrer mal súbito ou lesão muscular, em qualquer um dos testes da Avaliação Física e não tiver condições de continuar os testes, estará automaticamente reprovado no Concurso Público, não cabendo nenhum recurso contra esta decisão, porém a FUMARC observará o disposto no item 10.6.11 deste Edital.

10.6.25 - O resultado de cada teste da Avaliação Física será registrado pelo examinador na Ficha de Avaliação do candidato, ao término da aplicação dos mesmos.

10.6.26 - Na Avaliação Física, o candidato será considerado Apto ou Inapto.

10.6.27 - O candidato que não concluir, com aproveitamento, qualquer um dos testes da Avaliação Física estará automaticamente eliminado do Concurso.

10.6.28 - Não haverá tratamento diferenciado a nenhum candidato, sejam quais forem às circunstâncias alegadas, tais como alterações orgânicas ou fisiológicas permanentes ou temporárias, deficiências, estados menstruais, indisposições, câibras, contusões, gravidez ou outras situações que impossibilitem, diminuam ou limitem a capacidade física e/ou orgânica do candidato, sendo que o candidato deverá realizar os referidos testes de acordo com o escalonamento previamente efetuado pela Fumarc, o qual será realizado de forma aleatória.

10.6.29 - Será inapto e eliminado do concurso, o candidato que:

a) Retirar-se do recinto da Avaliação Física durante sua realização sem a devida autorização ou que não estiver no local de realização no horário previsto para assinar a lista de chamada, sendo automaticamente desclassificado;

b) Não apresentar a documentação exigida;

c) Não obtiver o mínimo aprovação, conforme previstos nos itens 10.6.14.2 e 10.6.15.4;

d) Faltar com a devida cortesia para com qualquer dos examinadores, seus auxiliares, autoridades presentes e/ou candidatos;

e) For surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução dos testes ou tentando usar de meios fraudulentos e/ou ilegais para a realização da prova; e

f) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

10.6.30 - O resultado dos candidatos Aptos na Avaliação Física será publicado em jornais de circulação local e divulgado nos endereços eletrônicos www.ipua.sp.gov.br e www.fumarc.org.br, e, bem como será afixado no Quadro Oficial de Avisos da Prefeitura Municipal de Ipuã/SP.

11 – APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

11.1 - Será considerado aprovado no Concurso Público o candidato que obtiver a pontuação e a classificação mínimas exigidas para aprovação, nos termos deste Edital.

11.1.1 - O Resultado Final deste Concurso Público será aferido das seguintes formas:

a) para os empregos públicos de Nível Médio de Ensino, pela soma dos pontos obtidos na Prova Objetiva de Múltipla Escolha e Redação.

b) para os empregos públicos de Nível Superior de Ensino, pela soma dos pontos obtidos na Prova Objetiva de Múltipla Escolha e Prova de Títulos.

c) para o emprego público de Pedreiro, pelo total de pontos obtidos na Prova Objetiva de Múltipla Escolha e se for considerado apto na Prova Prática.

d) para os empregos públicos de Auxiliar de Manutenção e Auxiliar de Manutenção na área de esporte, pelo total de pontos obtidos na Prova Objetiva de Múltipla Escolha e se for considerado Apto na Avaliação Física.

11.2 - Havendo empate quanto ao número de pontos obtidos para fins de classificação, terá preferência o candidato que tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, na forma do disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal n.º 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).

11.2.1 - O candidato citado no item 11.2 deverá ter completado 60 (sessenta) anos até o último dia de inscrições.

11.2.2 - Persistindo o empate, o desempate beneficiará o candidato que tiver:

a) maior pontuação na prova objetiva de Conhecimentos Específicos (quando houver);

b) maior pontuação na prova objetiva de Raciocínio Lógico (quando houver);

c) maior pontuação na prova objetiva de Saúde Pública (quando houver);

d) maior pontuação na prova objetiva de Conhecimentos Didáticos Pedagógicos (quando houver);

e) maior pontuação na prova objetiva de Matemática (quando houver);

f) maior pontuação na prova objetiva de Noções de Informática (quando houver);

g) maior pontuação na prova objetiva de Língua Portuguesa;

h) mais idade, levando-se em consideração o ano, mês e dia do nascimento.

11.3 - Nos casos em que o empate persistir mesmo depois de aplicados todos os critérios de desempate previstos no item 11.2.2, a Prefeitura Municipal de Ipuã/SP realizará Sorteio Público, a ser acompanhado pela Auditoria Geral do Município.

11.4 - No Resultado Final deste Concurso Público, os candidatos aprovados constarão na ordem crescente de classificação.

11.5 - Será publicado em jornais de circulação local e divulgado nos endereços eletrônicos www.ipua.sp.gov.br e www.fumarc.org.br, e, bem como será afixado no Quadro Oficial de Avisos da Prefeitura Municipal de Ipuã/SP, o resultado final do concurso, em duas listas, a saber:

a) a primeira lista conterà a classificação de todos os candidatos (ampla concorrência), incluindo aqueles inscritos como candidatos com deficiência;

b) a segunda lista conterà especificamente a classificação dos candidatos inscritos como candidatos com deficiência.

11.6 - Os candidatos não aprovados nas Provas Objetivas de Múltipla Escolha e nas Redações e que forem considerados Inaptos na Provas Práticas e na Avaliação Física serão eliminados do Concurso Público e não constarão da lista de Classificação Final.

11.7 - O resultado final será homologado e publicado em jornais de circulação local e divulgado nos endereços eletrônicos www.ipua.sp.gov.br e www.fumarc.org.br, e, bem como será afixado no Quadro Oficial de Avisos da Prefeitura Municipal de Ipuã/SP.

11.8 - Não será possível o conhecimento de qualquer resultado, nota ou classificação, via telefone, fax ou e-mail.

12 – RECURSOS

12.1 - Caberá interposição de recurso fundamentado a FUMARC no prazo de **03 (três) dias úteis**, ininterruptamente, a contar do primeiro dia útil imediato à data de publicação do objeto do recurso, em todas as decisões proferidas e que tenham repercussão na esfera de direitos dos candidatos, tais como nas seguintes situações:

- a)** contra indeferimento do pedido de isenção do valor da taxa de inscrição;
- b)** contra indeferimento da inscrição;
- c)** contra indeferimento do pedido de atendimento especial;
- d)** contra questões das provas objetivas de múltipla escolha e gabaritos preliminares;
- e)** contra a totalização dos pontos obtidos na prova objetiva de múltipla escolha, desde que se refira a erro de cálculo das notas;
- f)** contra a totalização dos pontos obtidos na Prova de Redação, desde que se refira a erro de cálculo das notas e classificação preliminar;
- g)** contra o resultado da Prova de Títulos e classificação preliminar;
- h)** contra eliminação na Prova Prática;
- i)** contra eliminação na Avaliação Física;
- j)** contra as decisões proferidas durante o concurso que tenham repercussão na esfera de direitos dos candidatos;

12.1.1 - Para os recursos previstos nas alíneas “a” a “i” do item 12.1, o candidato deverá preencher os **Anexos VI-A e B** (Capa e Formulário para Apresentação de Recursos) disponibilizados para recurso e enviá-los ou entregá-los, das seguintes formas:

- a)** pessoalmente pelo candidato ou por terceiro, no endereço: Rua Diamante, nº 1.100 – São Joaquim - Contagem/MG, das 9h às 12h ou das 13h30min às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados; ou
- b)** via SEDEX ou CARTA, ambos com AR (Aviso de Recebimento), postado nas Agências dos Correios com custo por conta do candidato, endereçado a FUMARC no endereço: Rua Diamante, 1.100 – São Joaquim – Contagem/MG – CEP: 32113-000, com data de postagem conforme o prazo estabelecido no item 12.1.

12.1.2 - Os recursos (Capa e Formulário) deverão ser enviados ou entregues em 02 (duas) vias, preferencialmente digitadas e assinadas em um único envelope fechado, tamanho ofício, contendo na parte externa e frontal do envelope os seguintes dados:

- a)** Concurso Público Prefeitura Municipal de Ipuã - Ref. Recurso contra **(citar o objeto do recurso)**;
- b)** nome completo, n.º de inscrição ou controle e emprego público pretendido.

12.2 - No caso de recurso contra indeferimento de inscrição por problemas ocasionados no pagamento da taxa de inscrição, o recurso deverá estar acompanhado, obrigatoriamente, do original do comprovante de pagamento do valor da taxa de inscrição, bem como de toda a documentação e informações que o candidato julgar necessárias à comprovação da regularidade do pagamento.

12.3 - O recurso deverá obedecer às seguintes especificações:

- a)** ser preferencialmente digitado ou datilografado, e entregue em 02 (duas) vias;
- b)** apresentar **identificação e assinatura do candidato apenas na Capa de Recurso (Anexo VI-A)**;
- c)** não conter qualquer identificação do candidato no Formulário do recurso (**Anexo VI-B**);
- d)** conter a indicação da questão, nota atribuída ou procedimento que está sendo contestado/recorrido;
- e)** ser elaborado com argumentação lógica, consistente e acrescido da indicação bibliográfica pesquisada pelo candidato para fundamentar seus questionamentos;
- f)** ser apresentado de forma independente para cada questão/objeto, nota ou procedimento, ou seja, cada questão/objeto recorrido deverá ser apresentado em folha separada com capa anexa conforme **Anexo VI-A**.

12.4 - Para situações mencionadas no item 12.1 deste Edital, cada candidato poderá interpor apenas um recurso por questão/objeto, devidamente fundamentado.

12.5 - Serão indeferidos os recursos que:

- a)** não estiverem devidamente fundamentados;
- b)** não apresentarem argumentações lógicas e consistentes;
- c)** estiverem em desacordo com as especificações contidas no item 12.3 deste Edital;
- d)** fora do prazo estabelecido;
- e)** apresentarem no corpo da fundamentação outras questões que não a selecionada para recurso;
- f)** apresentarem contra terceiros;
- g)** interpostos coletivamente;
- h)** cujo teor desrespeite a banca examinadora;
- i)** cópia idêntica de outro (s) recurso(s).

12.6 - Não serão considerados requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou quaisquer outros instrumentos similares cujo teor seja objeto de recurso apontado no item 12.1 deste Edital.

12.7 - Os pontos relativos a questões eventualmente anuladas serão atribuídos a todos os candidatos que fizeram à prova e não obtiveram pontuação nas referidas questões conforme o primeiro gabarito oficial, independentemente de interposição de recursos. Os candidatos que haviam recebido pontos nas questões anuladas, após os recursos, terão esses pontos mantidos sem receber pontuação a mais.

12.8 - Alterado o gabarito oficial pela Banca do Concurso, de ofício ou por força de provimento de recurso, as provas serão corrigidas de acordo com o novo gabarito.

12.9 - No que se refere ao item 12.1, alíneas “d” e “e”, se a argumentação apresentada no recurso for procedente e levar à reavaliação anteriormente analisados, prevalecerá à nova análise, alterando a nota inicial obtida para uma nota superior ou inferior para efeito de classificação.

12.10 - Na ocorrência do disposto nos itens 12.7, 12.8 e 12.9 deste Edital, poderá haver alteração da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá ocorrer à desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida.

12.11 - Em hipótese alguma será aceita revisão de recurso.

12.12 - A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

12.13 - A decisão relativa ao deferimento ou indeferimento dos recursos será publicada em jornais de circulação local e divulgada nos endereços eletrônicos www.ipua.sp.gov.br e www.fumarc.org.br, e, bem como será afixado no Quadro Oficial de Avisos da Prefeitura Municipal de Ipuã/SP.

12.14 - A fundamentação da decisão relativa ao recurso estará disponível para consulta individual pelo candidato no “Portal do candidato” no site www.fumarc.org.br, após a publicação oficial de que trata o item anterior.

13 – CONTRATAÇÃO

13.1 - Conforme conveniência administrativa da Prefeitura Municipal de Ipuã, serão contratados, no caso da existência de vagas, independentemente de consulta prévia aos interessados, os candidatos aprovados, sendo utilizada, para tanto, a ordem de classificação por emprego público.

13.2 - A Prefeitura Municipal de Ipuã contratará, observado os critérios de oportunidade e conveniência, o candidato aprovado no Concurso Público, para apresentar os seguintes documentos:

- a)** Cédula de Identidade;
- b)** Título de Eleitor, acompanhado da prova de quitação de eleitoral;
- c)** Documento de Inscrição no Cadastro de Pessoa Físicas – CPF – do Ministério da Fazenda;
- d)** Certificado de Reservista, de Isenção ou de Dispensa de Incorporação, se do sexo masculino;
- e)** Diploma ou Certificado de conclusão do curso, reconhecido pelo MEC, correspondente à escolaridade exigida, conforme o emprego público/função;
- f)** Registro Profissional no órgão competente, quando obrigatório;
- g)** Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- h)** Certidão de Nascimento ou que comprove o estado civil;
- i)** Certidão de Nascimento de filhos;
- j)** *Currículo* atualizado;
- k)** Ficha Cadastral, modelo da Prefeitura Municipal de Ipuã, devidamente preenchida e assinada;
- l)** 3 (três) fotografias 3x4cm recentes;
- m)** Declaração de próprio punho, em modelo da Prefeitura Municipal de Ipuã, de que não existe nenhuma sentença transitada em julgado em processo criminal, cível ou outro de qualquer espécie, impeditivo de sua admissão;

n) Laudo de médico do trabalho declarando sua condição para o exercício das funções, nos termos da legislação vigente.

13.3 - Para obtenção do laudo médico de que trata a alínea “n” do item 13.2, o candidato deverá se submeter aos exames adicionais, realizados por profissionais da área.

13.4 - Convocado para admissão, o candidato que se declarou portador de deficiência será previamente submetido à perícia médica, realizada por médico do trabalho, que terá decisão terminativa sobre sua qualificação como deficiente e sobre a sua aptidão para o exercício do emprego público.

14 - DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - A FUMARC será responsável pela execução e pelo fornecimento de todas as informações e orientações a respeito deste Concurso Público até a data da homologação, as quais poderão ser obtidas na FUMARC, Rua Diamante, nº 1.100 – São Joaquim - Contagem/MG, das 9h às 12h ou das 13h30min às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, ou pelo telefone (31) 3429-7455, ou pelo e-mail fconcursosatendimento@pucminas.br, ou no endereço eletrônico www.fumarc.org.br.

14.2 - As instruções do Concurso Público estarão disponíveis para todos os interessados nos endereços eletrônicos www.fumarc.org.br e www.ipua.sp.gov.br, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse material.

14.3 - Ocorrendo fato ou situação não prevista, que dificulte ou impossibilite a realização das provas no dia, local e horário estabelecidos, a Prefeitura Municipal de Ipuã reserva-se o direito de adiar o evento, efetuando a comunicação dessa decisão através dos jornais de circulação local, dos endereços eletrônicos www.ipua.sp.gov.br e www.fumarc.org.br, e, ainda afixando no Quadro Oficial de Avisos da Prefeitura Municipal de Ipuã/SP.

14.4 - Não haverá publicação da relação de candidatos reprovados nas Prova Objetiva de Múltipla Escolha e Redação, bem como da relação de candidatos inaptos na Prova Prática e Avaliação Física, sendo que estes terão acesso às informações por meio de consulta individual, no endereço eletrônico da FUMARC www.fumarc.org.br.

14.5 - Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o seu não cumprimento.

14.6 - Sob hipótese nenhuma serão aceitas justificativas dos candidatos pelo não cumprimento dos prazos determinados nem serão aceitos documentos após as datas estabelecidas.

14.7 - Para contagem do prazo de interposição de recursos e entrega de laudos médicos, pedidos de isenção e/ou outros documentos, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o último dia do prazo estabelecido neste Edital, desde que coincida com o dia de funcionamento normal da FUMARC. Em caso contrário, ou seja, se não houver expediente normal na FUMARC, o período previsto será prorrogado para o primeiro dia seguinte de funcionamento normal.

14.8 - Não serão considerados os laudos médicos, recursos, títulos e pedidos de isenção e/ou de outros documentos que não atenderem as formas e os prazos determinados neste Edital.

14.9 - A comprovação da tempestividade dos laudos médicos, recursos, títulos, pedidos de isenção será feita, quando encaminhados por SEDEX ou CARTA, ambos com AR (Aviso de Recebimento), pela data de postagem constante no envelope e, quando entregues pessoalmente, por protocolo de recebimento atestando exclusivamente a entrega dos documentos. No protocolo, constarão o nome do candidato, a inscrição, o nome do emprego público para o qual concorre e a data de entrega. O conteúdo do envelope entregue ou encaminhado via SEDEX ou CARTA, ambos com AR (Aviso de Recebimento), é de exclusiva responsabilidade do candidato.

14.9.1 - A FUMARC não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada de laudos médicos, recursos, pedidos de isenção, e/ou de outros documentos, quando enviado via SEDEX ou CARTA, ambos com AR (Aviso de Recebimento).

14.10 - Não serão disponibilizadas ao candidato cópias e/ou devolução de laudos médicos, recursos, títulos, pedidos de isenção e/ou de outros documentos entregues, ficando a documentação sob a responsabilidade da FUMARC até o encerramento do Concurso Público, quando então serão devolvidos à Prefeitura de Ipuã para guarda desse material, conforme previsto no item 14.22, ressalvado o previsto no item 10.4.19.

14.11 - Não serão permitidas ao candidato a inclusão, a complementação, a suplementação ou a substituição de quaisquer documentos durante ou após os períodos recursais previstos neste Edital.

14.12 - A análise dos recursos, títulos e pedidos de isenção serão de responsabilidade da FUMARC.

14.13 - A FUMARC não fornecerá nenhum exemplar ou cópia de provas relativas a Concursos Públicas anteriores para candidatos, autoridades ou instituições de direitos público ou privado.

14.14 - Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação na Prova Objetiva de Múltipla Escolha.

14.15 - A FUMARC e PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUÃ não emitirão certificado de aprovação neste concurso, valendo também, como tal, as publicações oficiais.

14.16 - A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUÃ e FUMARC não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:

a) endereço não atualizado;

b) correspondência devolvida pelos Correios por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;

c) correspondência recebida por terceiros.

14.17 - Incorporar-se-ão a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer editais complementares, atos, avisos e convocações relativas a este Concurso Público que vierem a ser publicados, observadas a regra contida no item 14.14.

14.18 - A Prefeitura Municipal de Ipuã e a FUMARC não se responsabilizam por quaisquer cursos, apostilas e outros materiais impressos ou digitais referentes às matérias deste concurso ou ainda por quaisquer informações que estejam em desacordo com o disposto neste Edital.

14.19 - As despesas relativas à participação do candidato neste concurso, tais como: transporte para realização das provas, para realização de exames admissionais, alimentação, estadia, deslocamentos, apresentação para posse e exercício ocorrerão a expensas do próprio candidato.

14.20 - Será excluído do Concurso Público, o candidato que:

- a)** fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
- b)** agir com incorreção ou descortesia, para com qualquer membro da equipe encarregada da aplicação das provas;
- c)** incorrer nas situações previstas no item 9.33;
- d)** for responsável por falsa identificação pessoal;
- e)** utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público;
- f)** não devolver, integralmente, o material recebido;
- g)** efetuar o pedido de inscrição fora do prazo estabelecido neste Edital; e
- h)** não atender às determinações regulamentares da FUMARC, pertinentes ao Concurso Público.

14.21 - Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, probabilístico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito para obter aprovação própria ou de terceiros, sua prova será anulada e o candidato será, automaticamente, eliminado do concurso.

14.22 - Após o término do certame, a FUMARC encaminhará toda documentação referente a este Concurso Público à Prefeitura Municipal de Ipuã, para arquivamento.

14.22.1 - Em atendimento à política de arquivos, a Prefeitura Municipal de Ipuã procederá à guarda de documentos relativos ao este Concurso Público, pelo prazo definido em legislação específica.

14.23 - Será admitida a impugnação do Edital normativo do concurso interposta impreterivelmente, até o décimo dia corrido à data de publicação do Edital e será julgada pela Prefeitura Municipal de Ipuã, ouvida a Fumarc, no que couber.

14.23.1 - A impugnação deverá ser entregue ou enviada à FUMARC em envelope fechado por uma das seguintes formas:

- a)** protocolada pessoalmente pelo candidato ou por terceiro no endereço: Rua Diamante, nº 1.100 – São Joaquim - Contagem/MG, das 9h às 12h ou das 13h30min às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados;
- b)** via SEDEX ou CARTA, ambos com AR (Aviso de Recebimento), postada nas Agências dos Correios, com custo por conta do candidato, endereçada a FUMARC no endereço: Rua Diamante, 1.100 – São Joaquim – Contagem/MG – CEP: 32113-000. Nesse caso, a data da postagem deverá obedecer ao prazo estabelecido no item 14.23 deste Edital.

14.24 - A aprovação de candidatos classificados além do número de vagas previstas neste Edital assegurará apenas a expectativa de direito à nomeação, ficando a concretização desse ato condicionada ao surgimento de novas vagas, ao exclusivo interesse e conveniência da Prefeitura Municipal de Ipuã, à disponibilidade orçamentária, à estrita ordem de classificação, ao prazo de validade do concurso e ao cumprimento das disposições legais pertinentes.

14.25 - Ocorrendo eliminação ou desistência de candidato selecionado, poderá haver convocação de substituto, se for interesse da Prefeitura Municipal de Ipuã, obedecendo-se, sempre e rigorosamente, a classificação dos candidatos por emprego público.

14.26 - Perderá o direito à vaga o candidato que não comparecer ao local e data indicada em qualquer fase do concurso público ou admissional.

14.27 - A constatação, a qualquer tempo, de irregularidade, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração implicará, ainda que homologado o Concurso Público, a anulação da inscrição do candidato, bem como de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

14.28 - Os candidatos que vierem a ser convocados para ingresso na Prefeitura Municipal de Ipuã deverão se submeter aos exames pré-admissionais e assinarão contrato de trabalho que se regerá pelas normas de Recursos Humanos, remuneração, carga horária, locais de trabalho da Prefeitura Municipal de Ipuã / SP, vigentes à época da contratação.

14.29 - O resultado final do presente Concurso Público, publicado em jornal de circulação local será o documento válido para comprovar aprovação, classificação e notas neste Concurso Público.

14.30 - O resultado final do Concurso Público será homologado pelo Prefeito do Município de Ipuã.

14.31 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Concurso com anuência do Prefeito do Município de Ipuã/SP, ouvida a FUMARC, no que couber.

14.32 - Integram este Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I - EMPREGO PÚBLICOS, VAGAS, ESCOLARIDADE EXIGIDA, REQUISITOS DOS EMPREGO PÚBLICOS, JORNADA DE TRABALHO E VENCIMENTOS

ANEXO II - QUADRO DE PROVAS

ANEXO III - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

ANEXO V - REQUERIMENTO – PROVA E/OU ATENDIMENTO ESPECIAL

ANEXO VI-A - CAPA PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSOS

ANEXO VI-B - FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSOS

ANEXO VII - ATESTADO MÉDICO

ANEXO VIII - REQUERIMENTO DE VOLUÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

IPUÃ, 22 de dezembro de 2015.

José Francisco Souza Ávila
Prefeito do Município de Ipuã

**CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUÃ/SP**

**ANEXO I
EMPREGOS, VAGAS, VALOR DA REMUNERAÇÃO, JORNADA DE TRABALHO E REQUISITOS**

- QUADRO DE EMPREGOS E VAGAS PARA PREFEITURA

ITEM	EMPREGO PÚBLICO	VAGAS	VAGAS PNE	VALOR DA REMUNERAÇÃO	JORNADA DE TRABALHO	REQUISITOS
1	Agente Comunitário de Saúde	1	0	R\$ 750,00 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Ensino Fundamental Completo, e residir na área da comunidade em que deverá atuar, desde a publicação do Edital.
2	Agente de Campo	1	0	R\$ 485,29 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Ensino Fundamental Completo.
3	Ajudante de Manutenção	4	0	R\$ 485,29 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Alfabetizado.
4	Ajudante de Manutenção para área de Esporte	2	0	R\$ 485,29 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Alfabetizado.
5	Assistente Social	1	0	R\$ 1.359,11 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	30 H/S	Curso Superior Completo em Serviço Social e registro no CRESS.
6	Auxiliar Administrativo	2	0	R\$ 557,56 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Ensino Médio Completo e Conhecimentos básicos de informática.
7	Auxiliar de Enfermagem	1	0	R\$ 504,97 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Ensino Médio Completo e Curso de Auxiliar de Enfermagem com registro no Conselho Regional da Classe (COREN).
8	Auxiliar Odontológico	1	0	R\$ 504,97 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Ensino Fundamental Completo.

9	Contador	1	0	R\$ 1.500,66 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	40 H/S	Curso Superior Completo em Ciências Contábeis e registro no CRC.
10	Coordenador do CRAS	1	0	R\$ 828,40 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Curso Superior Completo.
11	Diretor de Creche	4	0	R\$ 1.656,76 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Ensino Superior Completo com Licenciatura plena em Pedagogia ou nível de pós graduação em Educação (Mestrado ou Doutorado), ter no mínimo 3 (três) anos em exercício em função de docência, e/ou direção ou coordenação de escolas públicas de Educação Básica.
12	Diretor de Educação Infantil	1	0	R\$ 1.656,76 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Ensino Superior Completo com Licenciatura plena em Pedagogia ou nível de pós graduação em Educação (Mestrado ou Doutorado), ter no mínimo 3 (três) anos em exercício em função de docência, e/ou direção ou coordenação de escolas públicas de Educação Básica.
13	Diretor do CEARNE	1	0	R\$ 1.656,76 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Licenciatura plena em Pedagogia ou Ensino Normal Superior em outras áreas do ensino. Especialização em Educação Especial ou AEE com carga horária igual ou superior a 360 horas.
14	Engenheiro Ambiental	1	0	R\$ 1.758,22 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	40 H/S	Curso Superior Completo em Engenharia Ambiental e registro no Conselho de Classe. Aptidão física e mental.

15	Engenheiro Civil	2	0	R\$ 1.758,22 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	40 H/S	Curso Superior Completo em Engenharia Civil e registro no CREA.
16	Farmacêutico	1	0	R\$ 1.359,11 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	30 H/S	Curso Superior Completo em Farmácia e registro no CRF.
17	Fiscal Municipal	1	0	R\$ 879,09 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Ensino Médio Completo e CNH A e B.
18	Médico 10 horas semanais	8	1	R\$ 1.980,04 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Curso Superior Completo em Medicina e registro no CRM.
19	Médico 12 horas semanais	5	1	R\$ 2.942,22 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Curso Superior Completo em Medicina e registro no CRM.
20	Médico Pediatra 08 horas semanais	2	0	R\$ 2.942,22 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Curso Superior Completo em Medicina com especialização em Pediatria e registro no CRM.
21	Médico Psiquiatra 08 horas semanais	1	0	R\$ 2.942,22 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Curso Superior Completo em Medicina com especialização em Psiquiatria e registro no CRM.
22	Merendeira	1	0	R\$ 485,29 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	4ª série do Ensino Fundamental.
23	Monitor da Terceira Idade	1	0	R\$ 679,61 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	40 H/S	Ensino Médio Completo.
24	Monitor de Creche	1	0	R\$ 615,57 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Ensino Médio Completo.
25	Motorista	7	1	R\$ 568,68 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Ensino Fundamental Completo e CNH categoria "D".

26	Oficineiro de Corte e Costura	1	0	R\$ 679,61 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	40 H/S	Ensino Médio Completo.
27	Oficineiro de Culinária	1	0	R\$ 679,61 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	40 H/S	Ensino Médio Completo.
28	Operador de Máquina	1	0	R\$ 580,04 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Ensino Fundamental Completo e CNH categoria "D".
29	Orientador Social	1	0	R\$ 828,40 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	40 H/S	Curso Superior Completo em Pedagogia.
30	PEB II - Educação Artística	1	0	R\$ 9,74 h/aula + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Licenciatura Plena com Habilitação na disciplina.
31	PEB II - Educação Especial	1	0	R\$ 9,74 h/aula + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Licenciatura plena com habilitação em educação especial, ou licenciatura Plena em área correspondente e curso de Pós Graduação em Educação Especial.
32	Pedreiro	1	0	R\$ 557,56 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Alfabetizado.
33	Procurador Jurídico	3	0	R\$ 3.001,00 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	40 H/S	Curso Superior Completo em Direito. Registrado e licenciado pela OAB para o exercício da advocacia. Aptidão física e mental. Cartão de assinatura digital.
34	Psicólogo	1	0	R\$ 1.359,11 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	30 H/S	Curso Superior Completo de Psicologia, com inscrição no Conselho Regional de Psicologia.
35	Supervisor de Ensino	1	0	R\$ 2.229,85 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Ensino Superior Completo, com Licenciatura plena em Pedagogia, ou nível de pós graduação (Mestrado ou Doutorado), ter no mínimo 5 anos de exercício em função de docência, e/ou direção ou coordenação de escolas públicas de Educação Básica.

36	Técnico de Segurança do Trabalho	1	0	R\$ 1.009,78 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Ensino Médio Completo e Curso Técnico em Segurança do Trabalho.
37	Tratorista	1	0	R\$ 525,35 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	Alfabetizado e CNH categoria "C".
38	Vigia	1	0	R\$ 485,29 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	44 H/S	4ª série do Ensino Fundamental.

- QUADRO DE EMPREGOS E VAGAS PARA SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IPUÃ (SAAEI)

ITEM	EMPREGO PÚBLICO	VAGAS	VAGAS PNE	VALOR DA REMUNERAÇÃO	JORNADA DE TRABALHO	REQUISITOS
1	Contador	1	0	R\$ 1.500,66 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	40 H/S	Curso Superior Completo em Ciências Contábeis e registro no CRC.
2	Procurador Jurídico	1	0	R\$ 3.001,00 + o abono salarial atividade de R\$ 340,85	40 H/S	Curso Superior Completo em Direito. Registrado e licenciado pela OAB para o exercício da advocacia. Aptidão física e mental. Cartão de assinatura digital.

* * *

**CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUÃ/SP**

**ANEXO II
QUADRO DE PROVAS**

ITEM	EMPREGO PÚBLICO	REQUISITOS	PROVAS	Nº DE QUESTÕES
1	Agente Comunitário de Saúde	Ensino Fundamental Completo, e residir na área da comunidade em que deverá atuar, desde a publicação do Edital.	Língua Portuguesa Matemática	15 15
2	Agente de Campo	Ensino Fundamental Completo.	Língua Portuguesa Matemática	15 15
3	Ajudante de Manutenção	Alfabetizado.	Língua Portuguesa Matemática Avaliação Física	15 15 -
4	Ajudante de Manutenção para área de Esporte	Alfabetizado.	Língua Portuguesa Matemática Avaliação Física	15 15 -
5	Assistente Social	Curso Superior Completo em Serviço Social e registro no CRESS.	Língua Portuguesa Raciocínio Lógico Noções de Informática Conhec. Específicos Títulos	10 10 5 15 -
6	Auxiliar Administrativo	Ensino Médio Completo e Conhecimentos básicos de informática.	Língua Portuguesa Raciocínio Lógico Noções de Informática Redação	15 15 10 -
7	Auxiliar Enfermagem	Ensino Médio Completo e Curso de Auxiliar de Enfermagem com registro no Conselho Regional da Classe (COREN).	Língua Portuguesa Raciocínio Lógico Conhec. Específicos Redação	15 15 10 -
8	Auxiliar Odontológico	Ensino Fundamental Completo.	Língua Portuguesa Matemática	15 15
9	Contador	Curso Superior Completo em Ciências Contábeis e registro no CRC.	Língua Portuguesa Raciocínio Lógico Noções de Informática Conhec. Específicos Títulos	10 10 5 15 -
10	Coordenador do CRAS	Curso Superior Completo.	Língua Portuguesa Raciocínio Lógico Noções de Informática Conhec. Específicos Títulos	10 10 5 15 -

ITEM	EMPREGO PÚBLICO	REQUISITOS	PROVAS	Nº DE QUESTÕES
11	Diretor de Creche	Ensino Superior Completo com Licenciatura plena em Pedagogia ou nível de pós graduação em Educação (Mestrado ou Doutorado), ter no mínimo 3 (três) anos em exercício em função de docência, e/ou direção ou coordenação de escolas públicas de Educação Básica.	Língua Portuguesa Raciocínio Lógico Noções de Informática Conhec. Específicos Títulos	10 10 5 15 -
12	Diretor de Educação Infantil	Ensino Superior Completo com Licenciatura plena em Pedagogia ou nível de pós graduação em Educação (Mestrado ou Doutorado), ter no mínimo 3 (três) anos em exercício em função de docência, e/ou direção ou coordenação de escolas públicas de Educação Básica.	Língua Portuguesa Raciocínio Lógico Noções de Informática Conhec. Did. Ped. Conhec. Específicos Títulos	10 5 5 10 10 -
13	Diretor do CEARNE	Licenciatura plena em Pedagogia ou Ensino Normal Superior em outras áreas do ensino. Especialização em Educação Especial ou AEE com carga horária igual ou superior a 360 horas.	Língua Portuguesa Raciocínio Lógico Noções de Informática Conhec. Específicos Títulos	10 10 5 15 -
14	Engenheiro Ambiental	Curso Superior Completo em Engenharia Ambiental e registro no Conselho de Classe. Aptidão física e mental.	Língua Portuguesa Raciocínio Lógico Noções de Informática Conhec. Específicos Títulos	10 10 5 15 -
15	Engenheiro Civil	Curso Superior Completo em Engenharia Civil e registro no CREA.	Língua Portuguesa Raciocínio Lógico Noções de Informática Conhec. Específicos Títulos	10 10 5 15 -
16	Farmacêutico	Curso Superior Completo em Farmácia e registro no CRF.	Língua Portuguesa Raciocínio Lógico Noções de Informática Saúde Pública Conhec. Específicos Títulos	10 5 5 10 10 -
17	Fiscal Municipal	Ensino Médio Completo e CNH A e B.	Língua Portuguesa Raciocínio Lógico Noções de Informática Redação	15 15 10 -
18	Medico 10 horas semanais	Curso Superior Completo em Medicina e registro no CRM.	Língua Portuguesa Raciocínio Lógico Noções de Informática Saúde Pública Conhec. Específicos Títulos	10 5 5 10 10 -

ITEM	EMPREGO PÚBLICO	REQUISITOS	PROVAS	Nº DE QUESTÕES
19	Médico 12 horas semanais	Curso Superior Completo em Medicina e registro no CRM.	Língua Portuguesa Raciocínio Lógico Noções de Informática Saúde Pública Conhec. Específicos Títulos	10 5 5 10 10 -
20	Médico Pediatra 08 horas semanais	Curso Superior Completo em Medicina com especialização em Pediatria e registro no CRM.	Língua Portuguesa Raciocínio Lógico Noções de Informática Saúde Pública Conhec. Específicos Títulos	10 5 5 10 10 -
21	Médico Psiquiatra 08 horas semanais	Curso Superior Completo em Medicina com especialização em Psiquiatria e registro no CRM.	Língua Portuguesa Raciocínio Lógico Noções de Informática Saúde Pública Conhec. Específicos Títulos	10 5 5 10 10 -
22	Merendeira	4ª série do Ensino Fundamental.	Língua Portuguesa Matemática	15 15
23	Monitor da Terceira Idade	Ensino Médio Completo.	Língua Portuguesa Raciocínio Lógico Noções de Informática Redação	15 15 10 -
24	Monitor de Creche	Ensino Médio Completo.	Língua Portuguesa Raciocínio Lógico Noções de Informática Redação	15 15 10 -
25	Motorista	Ensino Fundamental Completo e CNH categoria "D".	Língua Portuguesa Matemática	15 15
26	Oficineiro de Corte e Costura	Ensino Médio Completo.	Língua Portuguesa Raciocínio Lógico Noções de Informática Redação	15 15 10 -
27	Oficineiro de Culinária	Ensino Médio Completo.	Língua Portuguesa Raciocínio Lógico Noções de Informática Redação	15 15 10 -
28	Operador de Máquina	Ensino Fundamental Completo e CNH categoria "D".	Língua Portuguesa Matemática	15 15
29	Orientador Social	Curso Superior Completo em Pedagogia.	Língua Portuguesa Raciocínio Lógico Noções de Informática Conhec. Específicos Títulos	10 10 5 15 -
30	PEB II - Educação Artística	Licenciatura Plena com Habilitação na disciplina.	Língua Portuguesa Raciocínio Lógico Noções de Informática Conhec. Did. Ped. Conhec. Específicos Títulos	10 5 5 10 10 -

ITEM	EMPREGO PÚBLICO	REQUISITOS	PROVAS	Nº DE QUESTÕES
31	PEB II - Educação Especial	Licenciatura plena com habilitação em educação especial, ou licenciatura Plena em área correspondente e curso de Pós Graduação em Educação Especial.	Língua Portuguesa Raciocínio Lógico Noções de Informática Conhec. Did. Ped. Conhec. Específicos Títulos	10 5 5 10 10 -
32	Pedreiro	Alfabetizado.	Língua Portuguesa Matemática Prática	15 15 -
33	Procurador Jurídico	Curso Superior Completo em Direito. Registrado e licenciado pela OAB para o exercício da advocacia. Aptidão física e mental. Cartão de assinatura digital.	Língua Portuguesa Raciocínio Lógico Noções de Informática Conhec. Específicos Títulos	10 10 5 15 -
34	Psicólogo	Curso Superior Completo de Psicologia, com inscrição no Conselho Regional de Psicologia.	Língua Portuguesa Raciocínio Lógico Noções de Informática Conhec. Específicos Títulos	10 10 5 15 -
35	Supervisor de Ensino	Ensino Superior Completo, com Licenciatura plena em Pedagogia, ou nível de pós graduação (Mestrado ou Doutorado), ter no mínimo 5 anos de exercício em função de docência, e/ou direção ou coordenação de escolas públicas de Educação Básica.	Língua Portuguesa Raciocínio Lógico Noções de Informática Conhec. Did. Ped. Conhec. Específicos Títulos	10 5 5 10 10 -
36	Técnico de Segurança do Trabalho	Ensino Médio Completo e Curso Técnico em Segurança do Trabalho.	Língua Portuguesa Raciocínio Lógico Conhec. Específicos Redação	15 15 10 -
37	Tratorista	Alfabetizado e CNH categoria "C".	Língua Portuguesa Matemática	15 15
38	Vigia	4ª série do Ensino Fundamental.	Língua Portuguesa Matemática	15 15

* * *

CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUÃ/SP

ANEXO III CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

LÍNGUA PORTUGUESA (ALFABETIZADO)

1. Leitura e Interpretação de texto.
2. Ortografia.
3. Divisão Silábica.
4. Acentuação Gráfica.
5. Verbo: conjugação e emprego dos tempos e modos verbais.
6. Substantivo e adjetivo.
7. Sinônimos e antônimos.

Bibliografia sugerida:

Livros didáticos da Língua Portuguesa de 1ª a 4ª série do ensino fundamental.
Gramáticas Normativas.

MATEMÁTICA (ALFABETIZADO)

1. Números naturais e operações:
 - a. Escrita e leitura de números até milhões; valor relativo e valor absoluto.
 - b. Múltiplos e divisores de um número, regras de divisibilidade, números primos.
 - c. Problemas relacionados a situações da vida diária, envolvendo as quatro operações.
2. Números racionais:
 - a. Escrita e leitura de números racionais através de frações e de números decimais.
 - b. Operações de adição, subtração, multiplicação e divisão, envolvendo os casos mais simples.
 - c. Problemas relacionados a situações da vida diária, envolvendo as quatro operações.
3. Porcentagem:
 - a. Cálculo da porcentagem de números, de juros e de descontos.
 - b. Problemas relacionados a situações da vida diária, envolvendo o cálculo da porcentagem.
4. Sistema monetário:
 - a. O meio circulante brasileiro, como se escreve e como deve ser lido.
 - b. Preço, salário, vantagens e descontos.
 - c. O que significa o que é caro e o que é barato, compras à vista e à prestação.
 - d. Resolução de problemas, envolvendo os conteúdos indicados.
5. Sistema métrico:
 - a. Comprimento, capacidade, massa, tempo, superfície e volume e suas aplicações.
 - b. Resolução de problemas, envolvendo os conteúdos indicados.

Bibliografia sugerida:

Livros didáticos de 1ª à 4ª série do ensino fundamental.

LÍNGUA PORTUGUESA (ENSINO FUNDAMENTAL)

1. Leitura e Interpretação de texto.
2. Ortografia.
3. Divisão Silábica.
4. Acentuação Gráfica.
5. Verbo: conjugação e emprego dos tempos e modos verbais.
6. Substantivo e adjetivo.
7. Pronome pessoal, demonstrativo e possessivo.
8. Sinônimos e antônimos.
9. A estrutura do período simples, termos da oração.

Bibliografia sugerida:

Livros didáticos da Língua Portuguesa do 1º ao 6º ano do ensino fundamental.
Gramáticas Normativas.

LÍNGUA PORTUGUESA (ENSINO MÉDIO)

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos.
2. Conhecimentos linguísticos gerais e específicos relativos à leitura e produção de textos.
3. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua.
4. Estrutura fonética: encontros vocálicos e consonantais, dígrafo, divisão silábica, ortografia, acentuação tônica e gráfica.
5. Classes de palavras: classificação, flexões nominais e verbais, emprego.
6. Teoria geral da frase e sua análise: orações, períodos e funções sintáticas.
7. Sintaxe de concordância: concordância nominal e verbal (casos gerais e particulares).
8. Crase.
9. Colocação de pronomes: próclise, mesóclise e ênclise.
10. Pontuação: emprego dos sinais de pontuação.

Bibliografia sugerida:

ANDRÉ, Hildebrando. *Gramática ilustrada*. São Paulo: Moderna, 1990.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Ed. Nacional.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Ed. Nacional, 1998.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino fundamental e médio

LÍNGUA PORTUGUESA (ENSINO SUPERIOR)

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos.
2. Conhecimentos linguísticos gerais e específicos relativos à leitura e produção de textos.
3. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua.
4. Estrutura fonética: letra, fonema, encontros vocálicos e consonantais, dígrafo, divisão silábica, ortografia, ortoépia, acentuação tônica e gráfica.
5. Estrutura dos vocábulos e processos de formação de palavras: elementos mórficos (radical, afixo desinência, vogal temática de verbo e nome, fonema de ligação, radicais gregos e latinos), derivação, composição, hibridismo e outros processos não incluídos na Nomenclatura Gramatical Brasileira - NGB.
6. Classes de palavras: classificação, flexões nominais e verbais, emprego.
7. Teoria geral da frase e sua análise: orações, períodos e funções sintáticas.
8. Sintaxe de concordância: concordância nominal e verbal (casos gerais e particulares).
Concordância ideológica (silepse).

9. Sintaxe de regência: verbos quanto à predicação, regência nominal e verbal.
10. Crase.
11. Colocação de pronomes: próclise, mesóclise e ênclise.
12. Pontuação: emprego dos sinais de pontuação.

Bibliografia sugerida:

ANDRÉ, Hildebrando. *Gramática ilustrada*. São Paulo: Moderna, 1990.
BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Ed. Nacional.
CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Ed. Nacional, 1998.
CIPRO NETO, Pasquale & INFANTE, Ulisses. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1998.
CUNHA, Celso & CINTRA, L. F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
ROCHA LIMA, Carlos Henrique. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino fundamental e médio

MATEMÁTICA (ENSINO FUNDAMENTAL)

1. Conjunto: universo, complementar, relação de pertinência, igualdade, desigualdade, inclusão, operações de conjuntos (união, interseção e diferença).
2. Números naturais: sistema de numeração decimal, operações fundamentais, múltiplos, divisores, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum, potenciação, fatoração, critérios de divisibilidade. Problemas.
3. Números racionais: frações e decimais, operações, comparação, ordenação, simplificação. Problemas.
4. Grandezas e Medidas: comprimento, perímetro, capacidade, massa, superfície, volume, tempo e valor. Problemas.

Bibliografia sugerida:

Livros didáticos do 1º ao 6º ano do ensino fundamental.

RACIOCÍNIO LÓGICO (ENSINO MÉDIO E SUPERIOR)

1. Noções básicas de lógica:

- 1.1 conectivos, tautologia e contradições, implicações e equivalências, afirmações e negações, argumento, silogismo, validade de argumento.
- 1.2 Compreensão e elaboração da estrutura lógica de situações-problema por meio de raciocínio dedutivo.
- 1.3 Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

2. Raciocínio matemático: utilizar o raciocínio matemático para resolver situações e problemas que envolvam os seguintes conteúdos:

- 2.1 conjuntos numéricos racionais e reais - operações, propriedades, problemas envolvendo as quatro operações nas formas fracionária e decimal; números e grandezas proporcionais; razão e proporção; divisão proporcional; regra de três simples e composta; porcentagem.
- 2.2 Expressões algébricas: equações de primeiro e segundo graus, sistemas de equações lineares.
- 2.3 Sequências, Progressão aritmética e Progressão Geométrica.
- 2.4 Conceito de Função: Função Polinomial, Exponencial e Logarítmica.
- 2.5 Geometria Plana: Polígonos regulares, circunferência e círculo; cálculo de áreas e perímetros.

Bibliografia Sugerida:

BASTOS, Cleverson e KELLER, Vicente. *Aprendendo lógica*. Petrópolis: Ed. Vozes.
DANTE, Luiz Roberto. *Matemática: contexto e aplicações*, vol. 1 a 3, Ed. Ática, 2003.
GIOVANNI, Jose Ruy e CASTRUCCI, Benedito e GIOVANNI JR, José Ruy. *A conquista matemática* 5a a 8a série, São Paulo: ED. FTD, 2002.
DANTE, Luiz Roberto. *Matemática Contexto & Aplicações-Volume I*. 3. ed. reform. São Paulo: Editora Ática, 2006.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA (ENSINO MÉDIO E SUPERIOR)

1. Sistema Operacional Windows 7.
2. Microsoft Word 2010: Edição e formatação de textos.
3. Microsoft Excel 2010: Elaboração, cálculos e manipulação de tabelas e gráficos.
4. Internet Explorer 11 e Microsoft Outlook 2010: Navegação na Internet e Correio Eletrônico.

SAÚDE PÚBLICA (ENSINO SUPERIOR)

1. Organização dos Serviços de Saúde no Brasil – Sistema Único de Saúde: antecedentes históricos, princípios e diretrizes do SUS, controle social – organização da gestão colegiada, financiamento do SUS, legislação e normalização complementar do SUS.
2. Planejamento e Programação Local de Saúde.
3. A medida da saúde coletiva: indicadores de saúde.
4. Administração e inovação nos serviços públicos de saúde.
5. Ações coletivas de saúde, vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, controle das principais zoonoses.

Bibliografia sugerida:

BRASIL. *Constituição Federal de 1988 – Capítulo Saúde*.
BRASIL, Legislação Federal, Leis Federais nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90.
BRASIL, Ministério da Saúde. *CENEPI/FNS Doenças infecciosas e parasitárias: manual de bolso: aspectos clínicos, vigilância epidemiológica e medidas de controle – Anexo*. Brasília, 1999.
BRASIL, Ministério da Saúde. *Relatório Final da X Conferência Nacional de Saúde*. Brasília, 1996.
BRASIL, Ministério da Saúde. *Norma Operacional da Assistência à Saúde/SUS: NOAS 01/2002/DOU: 28/02/2002*.
CECÍLIO, Luiz Carlos de Oliveira (org.). *Inventando a Mudança na Saúde*. São Paulo: HUCITEC, 1994, cap. 1 e 6.
MENDES, Eugênio Vilaça. *Uma Agenda para a Saúde*. São Paulo: HUCITEC, 1996, cap. 1.
ROUQUAYROL, M.Z. *Epidemiologia & Saúde*. 6ª ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003.
VAUGHAN, J.P. e MORROW, R.H. *Epidemiologia para os Municípios - Manual para Gerenciamento dos Distritos Sanitários*. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS (ENSINO SUPERIOR)

A prova de conhecimentos didático-pedagógicos pretende verificar a capacidade de análise crítica dos candidatos em relação a questões atuais da educação, a partir de várias situações vividas no cotidiano escolar, buscando ações pedagógicas que aprimorem a relação ensino-aprendizagem.

Temáticas abordadas:

1. Educação e diversidade sociocultural.
2. Educação e sociedade da informação.
3. A inclusão da pessoa com deficiência na educação.
4. Organização dos tempos e trabalhos escolares.

5. Os ciclos de formação.
6. A infância como tempo de formação.
7. A adolescência como tempo de formação.
8. A experiência social dos alunos e o cotidiano.
9. O currículo e a globalização do conhecimento: impasses e polêmicas entre conteúdo e metodologia na sala de aula.
10. A avaliação e o processo de ensino e aprendizagem: em busca de uma coerência e integração.
11. Prática profissional e projeto educativo: os professores, suas concepções e opções didáticas.
12. A formação do profissional da educação: conceitos e dimensões.

Bibliografia sugerida:

- CANDAU, Vera Maria. *Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- DAYREL, Juarez. *A escola como espaço sociocultural*. Belo Horizonte: SMED.
- GADOTTI, Moacir. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- GANDIN, Danilo. *A prática do planejamento participativo: na educação e em outras Instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- HOFFMAM, Jussara. *Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação*. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- MERCADO, Luis Paulo Leopoldo. *Formação continuada de professores e novas tecnologias*. Maceió: EDUFAL, 1999.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 9 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF, UNESCO, 2004.
- MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 1999.
- PERRENOUD, Philippe. *10 novas competências para ensinar: convite à viagem*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- VASCONCELOS, Celso dos Santos. *Planejamento, plano de ensino aprendizagem e projeto educativo*. São Paulo: Libertad, 1995.
- ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (NÍVEL MÉDIO)

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

1. Ética profissional: Código de Ética e Legislação profissional do COFEN e COREN e relações humanas no trabalho.
2. Sistema Único de Saúde: conceitos, definições e atribuições.
3. Legislação e normas aplicadas ao Sistema Único de Saúde.
4. Noções básicas de anatomia, fisiologia, farmacologia, microbiologia e parasitologia.
5. Técnicas de enfermagem: sinais vitais, higiene, conforto, transporte, administração de dietas, oxigenoterapia e nebulização, hidratação, coleta de material para exames laboratoriais, ataduras, aplicações quentes e frias, cuidados com a pele, sondagens e drenos, cuidados com traqueostomia, drenagem torácica e ostomias, procedimentos pós-morte, prontuário e anotação de enfermagem.
6. Assistência domiciliar de enfermagem / visita domiciliar.
7. Fármacos: conceitos e tipos, efeitos gerais e colaterais, cálculo de soluções: vias de administração de medicamentos.
8. Curativos e tratamento de feridas.
9. Atenção à saúde da criança, da mulher e do adulto.

10. Central de material esterilizado: métodos e procedimentos específicos de desinfecção e esterilização de materiais.
11. Biossegurança,

Bibliografia Sugerida:

BRASIL, *Constituição Federal de 1988* – Capítulo Saúde.

BRASIL, *Lei federal nº 8.080*, de 19/09/90.

BRASIL, *Lei federal nº 8.142*, de 28/12/90.

BRASIL, *Relatório Final da X Conferência Nacional de Saúde*. Brasília, 1996.

BRASIL, Ministério da Saúde. *Norma Operacional da Assistência à Saúde/SUS: NOAS 01/2002*, DOU 28/02/2002.

BRASIL, Ministério da Saúde. CENEPI/FNS - *Doenças Infecciosas e Parasitárias* - Manual de Bolso: aspectos clínicos, vigilância epidemiológica e medidas de controle, 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Programas e Projetos*. Disponível em: www.saude.gov.br.

COREN – MG. *Normas, deliberações, decisões e decretos*. COREN/MG, 1998–2003.

COREN – MG. *Código de Ética e Deontologia de Enfermagem*. Brasília, 2003.

KOCH, Rosi Maria et al. *Técnicas básicas de enfermagem*. 17 ed. Curitiba: Século XXI, 2000.

ROUQUAYROL, M.Z. *Epidemiologia & Saúde*. 6ª ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003.

SMELTZER, Suzanne C. BARE, Brenda G. BRUNNER & SUDDARTH'S. *Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, v.1 e 2, 2002.

TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

1. Riscos de acidentes
2. Acidentes de trabalho
3. Mapa de Risco
4. Investigação de Acidente de Trabalho
5. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
6. Instalação e Serviços em Eletricidade
7. Máquinas e equipamentos
8. Atividades e operações insalubres
9. Ergonomia
10. Equipamentos de proteção
11. Proteção contra incêndios
12. Doenças ocupacionais.
13. Emissão da CAT
14. Conhecimentos sobre o Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP
15. Normas Regulamentadoras NR's e CLT (relativas à Medicina e Segurança do Trabalho).

Bibliografia sugerida:

Legislação Previdenciária, disponível no endereço [www81.dataprev.gov.br/ islex](http://www81.dataprev.gov.br/islex). Observação: apenas os aspectos relacionados à segurança e saúde no trabalho.

Segurança e Medicina do Trabalho. 54ªed. São Paulo: Editora Atlas, S. A – 2004. Série Manual de Legislação Atlas.

Portaria 3.214, de 8 de jun. 1978. Aprova as Normas Regulamentadoras – NR do Capítulo V, Título II da CLT, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

Fundacentro: [http:// www.fundacentro.gov.br/publicacoes/pub_outros_fasc.asp](http://www.fundacentro.gov.br/publicacoes/pub_outros_fasc.asp)

O Perfil Profissiográfico Previdenciário e a Nova Instrução Normativa nº 95 do INSS. www.inss.gov.br.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (NÍVEL SUPERIOR)

ASSISTENTE SOCIAL

1. O trabalho do assistente social com a questão social nas diferentes expressões cotidianas.
2. O Serviço Social nas relações sociais no Brasil.
3. O Serviço Social no desenvolvimento de programas, projetos e pesquisas.
4. Atendimentos / orientações / informações aos usuários, aos grupos, à comunidade e /ou clientes dos serviços.
5. Competências e habilidades do profissional.

Bibliografia sugerida:

AMMANN, Safira Bezerra. *Cidadania e exclusão social: o mundo desenvolvido em questão*. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 76, Ano XXIV, novembro de 2003, p. 118 a 142.

BRASIL. Lei 8.662/93 - *Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social*.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. CFESS. *Código de Ética do Assistente Social*.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2002.

FRITSCH, Rosângela. *Planejamento Estratégico: instrumental para a intervenção do Serviço Social*. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 52, Ano XVII, dezembro de 1996, p. 127 a 145.

GUEIROS, Dalva Azevedo. *Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar*. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 71, Ano XXIII, ESPECIAL, 2002, p.102 a 121.

GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira. *Famílias: uma experiência em grupo*. In: revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 71, Ano XXIII, ESPECIAL, 2002, p.165 a 179.

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Coleção Temas Sociais. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

NICOLAU, Maria Célia C. *Formação e fazer profissional do Assistente Social: trabalho e representações sociais*. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 79, Ano XXV, ESPECIAL 2004, p. 82 a 107.

RIBEIRO, Marlene. *O caráter pedagógico dos movimentos sociais*. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 58, Ano XIX, novembro de 1998, p. 41 a 71.

SLUZKI, Carlos E. *A rede social na prática sistêmica: Alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997, p.15 a 66.

SOUSA, Rosângela Maria Sobrinho. *Controle social em saúde e cidadania*. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 74, Ano XXIV, julho de 2003, p.68 a 84.

CONTADOR

1. Contabilidade Geral: Conceitos básicos de contabilidade. Princípios fundamentais de contabilidade. Patrimônio. Componentes patrimoniais: ativo, passivo e patrimônio líquido. Equação fundamental do patrimônio. Fatos contábeis e as respectivas variações patrimoniais. Contas: patrimoniais e de resultado. Conceito de despesas, receitas e resultado. Conceito de débito e crédito. Método das partidas dobradas. Provisões. Orçamentos. Balancetes de verificação. Principais livros fiscais e comerciais. As contas do Balanço Patrimonial: conceito, objetivo, periodicidade e elaboração. Ativo e passivo como aplicação e fontes de recursos. Grupos de contas: significados de cada grupo de contas. Classificação das contas nos grupos. Critérios de avaliação das contas.
2. Demonstração do resultado do exercício: conceito, objetivo, periodicidade e elaboração. Elementos da demonstração, apropriações, pelo regime de competência, de receitas e despesas, antecipações e diferimentos. Destinação do resultado do exercício. Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR. Interpretação do aumento ou diminuição do

- capital circulante líquido. Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados. Demonstração das mutações do patrimônio líquido. Notas explicativas às demonstrações contábeis.
3. Contabilidade pública: conceito, objeto e regime. Orçamento – conteúdo e forma da proposta orçamentária. Exercício financeiro. Créditos adicionais. Dívida flutuante e fundada. Controle da execução orçamentária. Receita e despesas públicas: conceitos e estágios. Receita e despesa extra-orçamentária. Escrituração. Apuração do resultado financeiro e econômico. Inventário: objeto e classificação. Balancetes mensais da receita e despesa. Balanços.
 4. Análise das demonstrações contábeis: conceitos básicos. Análise horizontal e vertical das demonstrações contábeis. Análise por quocientes. Análise da situação financeira, por índices: solvência e liquidez. Análise da situação econômica – indicadores de rentabilidade: rentabilidade de vendas, do capital próprio e do ativo total. Margens: bruta, operacional e líquida. Prazos médios de contas a receber e de fornecedores, índice de cobertura das despesas financeiras. Rotação de estoques, contas a receber, contas a pagar, ativo imobilizado e ativo real. Análise da estrutura patrimonial: grau de imobilização do ativo, dos recursos próprios e de endividamento. Participação de capital próprio. Interpretação dos indicadores financeiros, econômicos e patrimoniais.

Bibliografia sugerida:

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. *Auditoria*. São Paulo: Atlas, 1996.
- _____. *Curso básico de contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1996.
- ANGÉLICO, João. *Contabilidade pública*. São Paulo: Atlas, 1996.
- ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e análise de balanços*. São Paulo: Atlas, 1998.
- ATTIE, William. *Auditoria: conceitos e aplicações*. São Paulo: Atlas, 1993.
- _____. *Auditoria interna*. São Paulo: Atlas, 1993.
- BLATT, Adriano. *Análise de balanços*. São Paulo: Makron Books, 2001.
- CFC, Conselho Federal de Contabilidade. *Normas de auditoria*.
- CFC, Conselho Federal de Contabilidade. Resolução 750/93. *Princípios Fundamentais de Contabilidade* (aprovados pelo CFC pela Resolução CFC 750/93, publicada no DOU de 31/12/93, seção I p. 21852).
- EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. *Contabilidade introdutória*. São Paulo: Atlas, 1995.
- FIPECAPÍ. *Normas e práticas contábeis no Brasil*. São Paulo: Atlas, 1994.
- FRANCO, Hilário. *Contabilidade geral*. São Paulo: Atlas, 1996.
- FRANCO, Hilário & MARRA, Ernesto. *Auditoria contábil*. São Paulo: Atlas, 1995.
- GITMAN, L. J. *Princípios de administração financeira*. Editora Harbra, 1984.
- IUDICIBUS, S. de. *Análise de balanços*. São Paulo: Atlas, 1995.
- KOHAMA, Hélio. *Contabilidade pública*. São Paulo: Atlas, 1996.
- LEI das sociedades por ações. Lei nº 6.404, de 15/12/76. São Paulo: Atlas, 1996.
- MACHADO JÚNIOR, J. Teixeira & REIS, Heraldo da Costa. *A Lei 4.320 comentada*. IBAM, 1996.
- MARION, José Carlos. *Contabilidade básica*. São Paulo: Atlas, 1996.
- _____. *Contabilidade empresarial*. São Paulo: Atlas, 2002.
- MATARAZZO, Dante C. *Análise financeira de balanços*. São Paulo: Atlas, 1995.
- NEVES, Silvério das e VICECONTI, Paulo E. V. *Contabilidade básica*. São Paulo: Frase, 1994.
- _____. *Contabilidade avançada*. São Paulo: Frase, 1996.
- PEREZ JÚNIOR, José Hernandez. *Auditoria de demonstrações contábeis: normas e procedimentos*. São Paulo: Atlas, 1994.
- REIS, Arnaldo. *Análise de balanços*. São Paulo: Saraiva, 1993.
- RIBEIRO, Osni Moura. *Contabilidade geral*. São Paulo: Saraiva, 1997.
- _____. *Estrutura e análise de balanços*. São Paulo: Saraiva, 1997.
- SÁ, Antônio Lopes de. *Princípios fundamentais de contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1995.
- SILVA, José Pereira da. *Análise financeira das empresas*. São Paulo: Atlas, 1995.
- SILVA, Lino Martins A. *Contabilidade governamental*. São Paulo: Atlas, 1996.
- SLOMSKI, Valmor. *Manual de Contabilidade Pública: Um enfoque na contabilidade municipal*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

COORDENADOR DO CRAS

Temas para estudo: Legislação; Política Nacional de Assistência Social; Programas, Projetos, Serviços e Benefícios Socioassistenciais; Planejamento Social; Elaboração de documentos; Trabalhos com famílias e atividades coletivas.

Bibliografia sugerida:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º; Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17; Da nacionalidade - Art. 12 e 13. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41; Da Organização dos Poderes - Art. 59 a 83; Da Ordem social - Art. 205 a 232). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm

BRASIL. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e alterações. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm

BRASIL. Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994 e alterações. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/politica_idoso.pdf

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alterações. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. 2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf

BRASIL. Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e alterações. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm

Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social (NOB/SUAS 2012). Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs>

Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS). Disponível em: http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/nob-rh_08-08-2011.pdf/view?searchterm=None

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cartilha BPC – Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social. Disponível em:
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/cartilha-bpc-final.pdf

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas sobre o PAIF-1. Disponível em:
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_1.pdf

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas sobre o PAIF-2. Disponível em:
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf

ACOSTA, Ana Rojas, VITALE, Maria Amália Faller (Org.). **Famílias: redes, laços e políticas públicas**. 4ª ed. São Paulo: Cortez /Instituto de Estudos Especiais/PUC-SP, 2008

BATISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: CPIHTS, 2000.

MAGALHÃES, Selma Marques. **Avaliação e Linguagem Relatórios, Laudos e Pareceres**. Veras Editora, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde**. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

REGO, Walquiria Leão e PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SALES, Mione Apolinário, MATOS, Maurílio Castro, LEAL, Maria Cristina. **Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez e UERG Editoras, 2004.

SARTI, Cyntia Andersen. **A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

DIRETOR DE CRECHE

Critérios de Atendimento em Creche. Política Educacional na Creche. As Múltiplas Linguagens na Creche. Princípios Educativos da Creche. A Formação do Educador de Creche. Creche no Brasil.

Bibliografia sugerida:

Leis

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – promulgada em 5 de outubro de 1988, Artigos 5º, 37 ao 41, 205 ao 214, 227 ao 229. Brasília, 1998.
2. BRASIL. Lei Federal 9394/96, de 20/12/96 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
3. BRASIL. Lei Federal nº 8.069, de 13/07/1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigos 53 a 59 e 136 a 137. Brasília, 1990.
4. BRASIL. Lei Federal nº 10.793, de 01/12/2003 – Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 2003.
5. BRASIL. Lei Federal nº 10.639/03 - Altera a Lei nº 9.9394 de 20 de dezembro de que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003.
6. BRASIL. Lei Federal nº 11.645, de 10/03/08 – Altera a Lei 9.394/96, modificada pela Lei 10.639/03, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, 2008.
7. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 02/01 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001.
8. BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - Parecer 022/98 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 1998.

9. BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - Parecer 05/2009 - Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.
10. BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/MEC – Indicadores de Qualidade na Educação Infantil. Brasília, 2009.
11. BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/MEC - Educação Infantil: Subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação. Brasília, 2012.
12. SÃO PAULO, SME/DOT-P/SP - Encontros de Formação com as equipes de DOT- P: “Diálogos para a construção do currículo da infância paulistana”. São Paulo, 2013.
13. BRASIL. Parecer CNE/CP n.º 3/04 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.
14. BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 2/07, aprovado em 31 de janeiro de 2007 - Parecer quanto à abrangência das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2007.
15. BRASIL. Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.
16. BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 20/09, aprovado em 11 de novembro de 2009 - Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.
17. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 5/09 - Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.
18. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 04/09 – Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.
19. BRASIL. ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013, PUBLICADO NO DOC DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013, p. 103-105. Disponível em: <http://www.tanalousa.com.br/files/2015/05/AVALIA%C3%87%C3%83O-NA-EDUCA%C3%87%C3%83O-INFANTIL-APRIMORANDO-OS-OLHARES.pdf> Acesso: 08/11/2015.

Livros e artigos Creche

1. ANETE, Abramowicz. Educação infantil: creches: atividades para crianças de zero a seis anos. SP: Moderna, 1999.
2. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Departamento de Política de Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. Brasília, DF, 1995.
3. CERISARA, Ana Beatriz. Por uma pedagogia da educação infantil: desafios e perspectivas para as professoras. In: SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Caderno Temático de Formação 2 - Educação Infantil: construindo a pedagogia da infância no Município de São Paulo. São Paulo: SEESP, 2004. p. 6-16.
4. MOSS, Peter - Artigo: Introduzindo a Política na Creche: A Educação Infantil como prática democrática, 2009.
5. RICHTER, Sandra Regina Simonis; BARBOSA; Maria Carmen Silveira. Os bebês interrogam o currículo: as múltiplas linguagens na creche. Revista Educação, Santa Maria, v.35, p. 85-96, 2010.
6. SANCHES, Emilia Cipriano. Creche: realidade e ambiguidades. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

DIRETOR DO CEARNE

Políticas públicas de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado na Área da Educação Especial/Inclusiva: Gestão Participativa. Atribuições do diretor. Panorama geral do atendimento ao aluno com necessidades educativas especiais. Trajetória da Educação: da educação especial à educação inclusiva. Modelos de atendimento e paradigmas: educação especializada, integração e inclusão. Valorização das

diversidades culturais e linguísticas na promoção da Educação Inclusiva. Legislação Brasileira: o contexto atual. Acessibilidade à escola e ao currículo. Adaptações curriculares. Tecnologia Assistiva.

Bibliografia sugerida:

Leis

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – promulgada em 5 de outubro de 1988, Artigos 5º, 37 ao 41, 205 ao 214, 227 ao 229. Brasília, 1998.
2. BRASIL. Lei Federal 9394/96, de 20/12/96 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
3. BRASIL. Lei Federal nº 8.069, de 13/07/1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigos 53 a 59 e 136 a 137. Brasília, 1990.
4. BRASIL. Lei Federal nº 10.793, de 01/12/2003 – Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 2003.
5. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 02/01 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001.
6. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 04/09 – Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.
7. ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA - Unesco. Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (Conferência de Jomtien). Tailândia: Unesco, 1990.
8. ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA - Unesco. Declaração de Salamanca. Orientações para a inclusão. Garantindo o acesso à educação para todos. Salamanca, 1994.

Livros e Artigos na Educação Especial

BRASIL. Ministério da Educação. Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 96 p. (Série: Saberes e práticas da inclusão).

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Plano Nacional de Educação.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. Gestão escolar e docência. Coleção Pedagogia e Educação. São Paulo: Paulinas, 2010.

INCLUSÃO. Revista da Educação Especial / Secretaria de Educação Especial. v.1, n.1 (out. 2005). Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

GLAT, R. **A integração social do portador de deficiência: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1998.

HORA, Dinair Leal da. Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva.- 15 ed. (2009) -. São Paulo: Papyrus, 1994. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2003.

SOUZA, D. B.; FARIA, L. C. M. **Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós LDB**. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

PACHECO, José. **Caminhos Para a Inclusão: Um guia para Aprimoramento da Equipe Escolar**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2007.

REILY, Lucia Helena. **Escola inclusiva: linguagem e mediação**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

RODRIGUES, D. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo. Ed. Summus. 2006.

SMITY, Debora Deutsch. **Introdução à Educação Especial: ensinar em tempos de inclusão**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DIRETOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Concepções filosófico-políticas da educação na infância. Direito e Educação. Políticas Públicas para a Educação Infantil. Leis e Diretrizes para a Educação Infantil. Papel do Diretor na Educação Infantil. Gestão Escolar. Organização dos tempos e espaços e o trabalho pedagógico participativo. Currículo e planejamento da educação. Inclusão e Diversidade Cultural.

Bibliografia sugerida:

Leis

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – promulgada em 5 de outubro de 1988, Artigos 5º, 37 ao 41, 205 ao 214, 227 ao 229. Brasília, 1998.
2. BRASIL. Lei Federal 9394/96, de 20/12/96 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
3. BRASIL. Lei Federal nº 8.069, de 13/07/1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigos 53 a 59 e 136 a 137. Brasília, 1990.
4. BRASIL. Lei Federal nº 10.793, de 01/12/2003 – Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 2003.
5. BRASIL. Lei Federal nº 10.639/03 - Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003.
6. BRASIL. Lei Federal nº 11.645, de 10/03/08 – Altera a Lei 9.394/96, modificada pela Lei 10.639/03, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008.
7. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 02/01 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001.
8. BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - Parecer 022/98 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 1998.
9. BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - Parecer 05/2009 - Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.
10. BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/MEC – Indicadores de Qualidade na Educação Infantil. Brasília, 2009.
11. BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/MEC - Educação Infantil: Subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação. Brasília, 2012.
12. SÃO PAULO, SME/DOT-P/SP - Encontros de Formação com as equipes de DOT- P: “Diálogos para a construção do currículo da infância paulistana”. São Paulo, 2013.
13. BRASIL. Parecer CNE/CP n.º 3/04 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.
14. BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 2/07, aprovado em 31 de janeiro de 2007 - Parecer quanto à abrangência das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2007.
15. BRASIL. Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.
16. BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 20/09, aprovado em 11 de novembro de 2009 - Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.
17. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 5/09 - Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.
18. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 04/09 – Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.
19. BRASIL. ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013, PUBLICADO NO DOC DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013, p. 103-105. Disponível em: <http://www.tanalousa.com.br/files/2015/05/AVALIA%C3%87%C3%83O-NA-EDUCA%C3%87%C3%83O-INFANTIL-APRIMORANDO-OS-OLHARES.pdf> Acesso: 08/11/2015.

Livros e Artigos da Educação Infantil

1. ARIÈS, Phillippe. História Social da Criança e da Família. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1981.

2. CERISARA, Ana Beatriz. Por uma pedagogia da educação infantil: desafios e perspectivas para as professoras. In: SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Caderno Temático de Formação 2 - Educação Infantil: construindo a pedagogia da infância no Município de São Paulo. São Paulo: SEESP, 2004. p. 6-16.
3. DIDONET, Vital. A Avaliação na e da Educação Infantil. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Educacao/Doutrina/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Infantil%20-%20Vital%20Didonet.doc> Acesso: 08/11/2015.
4. FERNANDES, Maria José da Silva. O professor coordenador pedagógico nas escolas estaduais paulistas: da articulação pedagógica ao gerenciamento das reformas educacionais. **Educ. Pesqui.** [online]. 2012, vol.38, n.4 [cited 2015-11-09], pp. 799-814. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S1517-97022012000400002&lng=en&tlng=pt Acesso em: 08/11/2015.
5. KRAMER, Sonia. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. São Paulo: Cortez, 2003.
6. LÜCK, Heloísa et al. **Concepções e Processo Democráticos de Gestão Educacional.** Petrópolis: Vozes, 2006.
7. LÜCK. Heloísa, FREITAS, Kátia Siqueira de, GIRLING, Robert, KEITH, Sherry. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. Petrópolis: Vozes, 2005.
8. NASCIMENTO, Maria Letícia. Algumas considerações sobre a infância e as políticas para Educação Infantil. *Educação & Linguagem.* São Paulo, V.14 nº23/24,146 – 159, jan – dez – 2011.

ENGENHEIRO AMBIENTAL

1. Biologia ambiental.
2. Gestão ambiental.
3. Saúde ambiental.
4. Química ambiental.
5. Educação ambiental.
6. Controle da poluição.
7. Perícia ambiental e redação de pareceres.

Bibliografia sugerida:

- ALMEIDA, J.R. et al. *Perícia Ambiental.* Rio de Janeiro: Thex Ed., 2000.
- ANDRADE et al. *Gestão Ambiental - Enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável.* São Paulo: Makron Books, 2000.
- BRAGA, B. et al. *Introdução à Engenharia Ambiental.* São Paulo: Prentice Hall, 2002. .
- BRILHANTE, O. M.; CALDAS, L.Q.A.(coord.) *Gestão e avaliação de risco em saúde ambiental.* Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. 1999.
- BRITTO, E.R. *Introdução à biologia sanitária.* E.R. de Britto. Rio de Janeiro: DTP, 1994.
- CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA. *Lei Orgânica do Município de Iturama.* Disponível em: camaraiturama.com.br.
- FIKER, J. *Avaliação de Imóveis. Manual de Redação de laudos.* 1.ed. São Paulo: Pini, 1989.
- MACEDO, J. A. B. *Introdução à Química Ambiental.* 1.ed. Juiz de Fora-MG: JORGE MACEDO, 2002.
- PHILIPPI JR. A. et al. *Educação Ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos.* 2.ed.São Paulo: USP-Faculdade de Saúde Pública. 2002.

ENGENHEIRO CIVIL

Instruções Normativas do Tribunal de Contas de MG IN 09/2003 e 07/2004; Sistemas Construtivos; Planejamento de Obras; Estudo de solo e fundações; Normas de Segurança e saúde no trabalho; legislação e Normas Técnicas; Desenho técnico (prancheta e CAD); Controle de qualidade em obras; Topografia na construção civil; Plano Diretor do Município – Lei

Complementar109/2006; Leis Municipais Complementares nº 150/11,87/03,07/91,08/91,61/01 72/02; Código de Obras do Município – Lei 1270/68. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL: Aglomerantes, cal, gesso, cimento, agregados; Concretos, propriedades, fator água/cimento, resistência mecânica e durabilidade; Aços para concreto armado: Classificação; Materiais cerâmicos para construção civil; Estruturas de concreto armado, formas de madeira e metálicas, produção e lançamento do concreto, Cura e adensamento, desforma. Normas brasileiras.

ARGAMASSAS: Classificação, propriedades essenciais, principais argamassas preparadas no canteiro de obras, argamassas industrializadas, principais patologias.

REVESTIMENTOS CERÂMICOS: tipos, classificação, cortes, assentamento, juntas de dilatação, movimentação e dessolidarização.

PLANEJAMENTO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL: Engenharia de custos, orçamento, composição de custos unitários, parciais e totais, levantamento de quantidades, especificação de materiais e serviços, contratação de obras e serviços, planejamento de tempo; análise PERT/CPM. ABASTECIMENTO DE ÁGUA: Demanda e consumo de água; Estimativa de vazões; Captação, adução, reservação, estações elevatórias e distribuição de água; Qualidade da água e padrão de potabilidade; Princípios do tratamento de água.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO: Sistemas estáticos para a disposição de esgotos; rede coletora; qualidade da água e padrões de lançamento; princípios do tratamento de esgotos.

DRENAGEM PLUVIAL: Estimativa de contribuições; galerias e canais.

LIMPEZA PÚBLICA: Estimativa de contribuições; Coleta de resíduos sólidos domiciliares; Compostagem; Aterro sanitário e controlado; RCD.

PROJETO E DIMENSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES PREDIAIS: água fria, esgotos sanitários, águas pluviais, combate a incêndio.

MECÂNICA DOS SOLOS. Caracterização dos solos. Resistência ao cisalhamento, compactação, tensões e deformações, compressibilidade e adensamento, estabilidade de taludes e encostas, empuxos de terra, drenagem. Fundações diretas e profundas. Tipos e características das fundações. Estruturas de contenção.

RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS: Tensões, deformações, propriedades mecânicas dos materiais, torção, flexão, cisalhamento, linha elástica, flambagem, critérios de resistência. Dimensionamento de elementos estruturais de concreto armado, de aço e de madeira.

TEORIA DAS ESTRUTURAS: Morfologia das estruturas, carregamentos, idealização; Estruturas isostáticas planas e espaciais; Princípio dos Trabalhos Virtuais; Cálculo de deslocamentos em estruturas isostáticas; Análise de estruturas estaticamente indeterminadas: método das forças; Análise de estruturas cinematicamente indeterminadas: método dos deslocamentos; Aplicações nas estruturas de concreto, aço e madeira.

SISTEMA VIÁRIO: noções básicas de projetos de topografia, geométrico e de terraplenagem; Pavimentação de vias: tipos de vias, dimensionamento de pavimentos, tipos de materiais.

Bibliografia sugerida:

ALMEIDA, M.S.S. – Aterros sobre solos moles – Ed. UFRJ.

ANTP – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS. Transporte humano: cidades com qualidade de vida. São Paulo: ANTP.

ARAÚJO, J. M. - Curso de concreto armado Vol. 1 a 4. Rio Grande: Ed. Dunas.

AZEREDO, H. A. - O edifício até sua cobertura. São Paulo. Editora Edgard Blücher.

BAPTISTA, M. B., COELHO, M. M. L. P. - Fundamentos de engenharia hidráulica. Belo Horizonte: Editora UFMG.

BARROS, R.T.V., CHERNICHARO, C.A.L., HELLER, L., VON SPERLING, M. - Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios. Vol. 1: Saneamento. Belo Horizonte: DESA/UFMG.

BORGES, A.C. - Prática das pequenas construções. Vol. 1. São Paulo. Editora Edgard Blücher.

CHERNICHARO, Carlos Augusto de Lemos. Princípios do Tratamento Biológico de Águas Residuárias - Reatores Anaeróbios. Volume 5, Editora FCO - DESA – UFMG.

DAS, B. M. Fundamentos de Engenharia Geotécnica. Tradução All Tasks; Revisão Técnica Pérsio Leister de Almeida Barros. São Paulo. Thomson Learning. 6ª edição.

DNER – Manual de pavimentação, 2ª ed., Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisas Rodoviárias, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Ministério dos Transportes FALCÃO BAUER, L.A. - Materiais de Construção. Vol 2. São Paulo. Editora LTC.

FERRAZ, A.C.C. P.; TORRES, I.G.E. - Transporte público urbano. São Carlos: Rima.

FILIZZOLA, E.P.; Moreno Neto, F.; Scatena, J.C. – Noções básicas de engenharia de tráfego da CET – São Paulo, Boletim No. 5, São Paulo.

FIORITO, A. J. S. I.; Manual de Argamassas e Revestimentos: Estudos e Procedimentos de Execução. São Paulo: PINI.

HACHICH, W.; FALCONI, F.; SAES, J. ET AL. - Fundações – Teoria e prática, 2ª. Edição, PINI, São Paulo.

HELLER, L.; PÁDUA, V. L. Abastecimento de água para consumo humano. Belo Horizonte: Editora UFMG.

HIBBELER, R. C. - Resistência dos materiais. Rio de Janeiro: Ed. Livros Técnicos e Científicos. IBRACON, Autores diversos – Concreto, Ensino, Pesquisa e Realizações.

LIMER, C. V. - Planejamento, orçamento e controle de projetos e obras. RJ: Livros Técnicos e Científicos.

MATTOS, Aldo Dorea. Como preparar orçamentos de obras. Ed. Pini.

METHA, P. K.; MONTEIRO, P. J. M. Concreto, Estrutura, Propriedades. São Paulo; PINI.

PESSÔA, Constantino Arruda; JORDÃO, Eduardo Pacheco. Tratamento de Esgotos Domésticos. Volume 1. ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental.

PFEIL, W.; Pfeil, M. – Estruturas de aço: dimensionamento prático – 7ª. Ed., LTC Editora S.A., (2000).

Jr. CALIL, C; LAHR F.A.; DIAS, A. A.. – Dimensionamento de elementos Estruturais de madeira, Editora Manole Ltda.

QUEIROZ, G. – Elementos das estruturas de aço – Imprensa Universitária da UFMG.

REBOUÇAS, Aldo da C.; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galizia. Águas Doces no Brasil (capital ecológico, uso e conservação). 2ª ed. São Paulo: Escrituras, 2002.

RIPPER, E. Manual prático de materiais de construção. São Paulo. Editora PINI.

ROUSSELET, E. S., FALCÃO, C. A segurança na obra. Ed. Interciência.

SARAIVA, Márcio. A cidade e o tráfego — uma abordagem estratégica. Recife: UFPE.

SENADO FEDERAL. Código de Trânsito Brasileiro. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações.

SENÇO, W. - Manual de Técnicas de Pavimentação – Volumes I e II- 2ª ed., São Paulo, Editora Pini.

SOUZA PINTO, C. – Curso básico de mecânica dos solos – Oficina de Textos.

SOUZA, R.. ET AL..; Qualidade na aquisição de materiais e execução de obras. São Paulo: PINI.

SÜSSEKIND, J. C. - Curso de análise estrutural – Vol. 1, 2 e 3, Ed. USP, São Paulo, SP.

TSUTIYA, M. T. Abastecimento de água. São Paulo: Departamento de Hidráulica da Escola Politécnica da USP.

TSUTIYA, M. T., Sobrinho, P. A. Coleta e transporte de esgoto sanitário. São Paulo: Departamento de Hidráulica da Escola Politécnica da USP.

VARGAS, R. – Gerenciamento de projetos: estabelecendo diferenciais competitivos – Brasport, 6ª. Edição.

VASCONCELLOS, E. A. - O que é trânsito. 3a edição. São Paulo: Ed. Brasiliense.

VIANNA, M.R. Instalações hidráulicas prediais. Belo Horizonte: Imprimatur.

VON SPERLING, M. – Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos - DESA/UFMG.

VON SPELING, Marcos. Princípios do Tratamento Biológico de Águas Residuárias - Lagoas de Estabilização. Volume 3, Editora FCO – DESA – UFMG.

VON SPELING, Marcos. Princípios do Tratamento Biológico de Águas Residuárias - Lodos de Esgotos: Tratamento e Disposição Final. Volume 6, Editora FCO – DESA – UFMG.

WRIGHT, Charles Leslie. O que é transporte urbano. São Paulo: Ed. Brasiliense.

YAZIGI, W. A Técnica de Edificar, Editora PINI, 2a Edição, São Paulo. Instruções Normativas do Tribunal de Contas de MG IN 09/2003 e 07/2004; Plano Diretor do Município – Lei Complementar109/2006; Leis Municipais Complementares nº 150/11, 87/03, 07/91, 08/91, 61/01 72/02; Código de Obras do Município – Lei 1270/68.

FARMACÊUTICO

Conceito, objetivos e atribuições da Farmácia Hospitalar e Drogaria. Requisitos técnicos e exigências legais para instalação, licenciamento e funcionamento da Farmácia Hospitalar e Drogaria. Seleção e padronização de medicamentos e correlatos. Gestão de estoque – Curva ABC – Parâmetros de identificação dos medicamentos para o controle de estoque. Armazenamento de medicamentos e correlatos – exigências legais, normas técnicas e funcionais. Sistemas de dispensação de medicamentos. Farmácia hospitalar e controle de infecções hospitalares. Germicidas de uso hospitalar: formulações, preparo e emprego. Atuação da farmácia hospitalar no suporte nutricional. Manuseio, preparo e dispensação de medicamentos cistotáticos. Química farmacêutica: volumetria de neutralização e de oxi-redução. Cálculos para determinação de concentração em preparações farmacêuticas. Conhecimento quanto à origem, à química, à atividade farmacológica, aos mecanismos de ação, ao emprego terapêutico e à toxicidade dos medicamentos, necessária ao desenvolvimento da assistência farmacêutica. Farmacologia da dor e da inflamação. Farmacologia do sistema respiratório. Farmacologias do sistema digestivo. Farmacologia da Reprodução. Farmacologia dos processos infecciosos. Controle de qualidade de medicamentos – Ensaio físico-químicos, biológicos e microbiológicos. Interpretação de certificados de análise de controle de qualidade de medicamentos. Estabilidade de medicamentos. Farmacotécnica das preparações sólidas e líquidas, para uso oral e para uso externo. Formas farmacêuticas sólidas, líquidas, cremes, pomadas e preparações estéreis: conceito, importância, fabricação e acondicionamento. Farmacologia. Fármacos que atuam no sistema nervoso autônomo, central e periférico. Fármacos que atuam no sistema cardiovascular – antimicrobianos – interações medicamentosas. Legislação: Lei 5.991, de 17/12/73. Lei 8.666, de 21/06/93. Resolução 288/96 – Conselho Federal de Farmácia. Resolução 290/96, de 26/04/1996 – Conselho Federal de Farmácia – Aprova o Código de Ética Farmacêutica. Portaria 272, de -08/04/98 – Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. Portaria 2.616, de 12/05/98 – Ministério da Saúde. Portaria 344 de 12/05/98 – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Decreto 3.181, de 23/09/99. Resolução 391, de 09/08/99 – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Norma Técnica Especial nº 010/99 da Vigilância Sanitária Municipal/Belo Horizonte, publicada no Diário Oficial do Município, Ano V nº 1038, de 30/12/99.

Bibliografia sugerida:

- CARVALHO, E. B. *Manual de Suporte Nutricional*. Rio de Janeiro: Medsi, 1992.
- Farmacopéia Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Organização Andrei, 1997. 1 v.
- Farmacopéia Brasileira*. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 1988. P. 1 e P. 2 (Fascículos 1-4)
- GENNARO, A. R. *Remington Farmácia*. 19 ed. Argentina: Médica Pan América. 2 volumes.
- GOODMAN, L. S.; GILMAN, A. *As bases farmacológicas da terapêutica*. 10 ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2003.
- HANSTEN, P. D. *Interações medicamentosas*. 5 ed. Rio de Janeiro: Revinter, 1989.
- KATZUNG, B.G.; SILVA, P. *Farmacologia básica e clínica*. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara-koogan, 1998.
- KOROLKOVAS, A. *Análise farmacêutica*. Rio de Janeiro: Guanabara-koogan, 1984.
- MARTINS, M. A. *Manual de infecções hospitalares: prevenção e controle*. Hospital das Clínicas (Belo Horizonte). Rio de Janeiro: Medsi, 1993.
- PRISTA, L.N.; ALVES, A. C.; MORGADO, R. *Tecnologia Farmacêutica e farmácia galênica*. 4.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. 3 volumes.

MÉDICO 10 HORAS SEMANAIS E MÉDICO 12 HORAS SEMANAIS

1. ADULTO/IDOSO: Hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitus. Pneumopatias crônicas: DPOC e Asma. Síndromes de dispnéicas crônicas. Diagnóstico diferencial da dor torácica. Cefaléias. Pneumonia Comunitária. Diarréias agudas e crônica. Peculiaridades do paciente idoso. Infecção do trato urinário. Doenças sexualmente transmissíveis. AIDS. Doenças de Chagas. Esquistossomose Mansonii, Leishmaniose Tegumentar e Visceral, Hanseníase e Tuberculose. Anemias. Prevenção de câncer: mama, cérvix uterino, próstata, colo, pele e pulmão. Alcoolismo. Imunização no adulto e idoso. Depressão, insônia e ansiedade.

- Abordagem do paciente psicossomático. Principais doenças osteomusculares. Abdome agudo. Doenças da Tireóide. Pequenos procedimentos em cirurgia ambulatorial. Vulvovaginites. Climatério. Princípios de higiene oral. Noções básicas de reabilitação física.
2. GESTANTE: Assistência pré-natal. Assistência ao parto. Hemorragias da 1ª e 2ª metades da gravidez. Planejamento familiar. Preparação para o aleitamento materno.
 3. CRIANÇA/ADOLESCENTE: puericultura: alimentação, vacinação, crescimento e desenvolvimento, higiene dental, febre, vômitos, cefaléia, tosse e dor abdominal. Desnutrição e carências vitamínicas. Diarréia aguda, terapia e reidratação oral. Parasitoses intestinais. Afecções respiratórias agudas e crônicas. Diagnóstico diferencial das doenças exantemáticas agudas. Tuberculose. Anemias. Principais problemas dermatológicos. Meningoencefalites. Educação sexual.
 4. SAÚDE PÚBLICA: Patologia ocupacional. Noções básicas de legislação trabalhista. Vigilância epidemiológica: doenças de notificação compulsória epidemias e endemias. Noções elementares de saneamento básico. Principais indicadores epidemiológicos. Preenchimento de atestado de óbito.

Bibliografia sugerida:

- ALMEIDA FILHO, N.; ROUQUARIOL, M.Z. *Introdução à epidemiologia moderna*. 2 ed. Belo Horizonte: COOPMED, 1992.
- ASSUNÇÃO, A.A. et al. *Manual de rotinas: ambulatório de doenças profissionais*. Belo Horizonte: UFMG, 1992.
- BACARINNI, M., STARLING, S. *Manual de Urgências em Pronto Socorro*.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Lei nº 10.216/01 In: *Legislação em Saúde Mental (1990-2002)*, 3 ed. Brasília, 2002.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Lei nº 11.802/95 In: *Legislação em Saúde Mental (1990-2002)*, 3 ed. Brasília, 2002 e posterior Lei nº 12.684, de 01/12/1997.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 2.391, de 26/12/2002 (Regulamentação da internação psiquiátrica involuntária).
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitus: protocolo*. Cadernos de Atenção Básica, n. 7, Brasília, 2001.
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Saúde da criança: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil*. Cadernos de Atenção Básica, n. 11, Brasília, 2002.
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Assistência pré-natal*. Manual técnico, Brasília, 2000.
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Processamentos de artigos e superfícies em estabelecimentos de saúde*. Brasília. Coordenação de Controle de Infecção Hospitalar, 1994.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. *Plano Nacional de Controle da Tuberculose*. Manual de normas técnicas. 3 ed. Brasília, 2000.
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Assistência ao planejamento familiar*. Manual técnico. 4 ed. Brasília, 2002.
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Manual Técnico para Controle da Tuberculose*. Cadernos de Atenção Básica, n. 5, Brasília, 2002.
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Guia para controle da hanseníase*. Cadernos de Atenção Básica, n. 10, Brasília, 2002.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. *Manual de Centros de Referência de Imunobiológicos Especiais*. Brasília, 2001.
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Saúde do trabalhador*. Cadernos de Atenção Básica, n.5, Brasília, 2002.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, Coordenação e Saneamento. *Manual de Saneamento*. Brasília, 1994.
- CECIL. *Medicina interna básica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- CORREA, M.D. *Noções práticas de obstetrícia*. 11ª ed. Belo Horizonte: COOPMED, 1994.
- FONSECA, F.P.; ROCHA, P.R.S. *Cirurgia ambulatorial*. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.
- FIMBERG, L. *Manual de clínica pediátrica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- LEÃO, E.; CORREA, E.J.; VIANNA, M.B.; MOTA, J.A.C. *Pediatria ambulatorial*. 2 ed. Belo Horizonte: COPMED, 1989.

LOBOSQUE, Ana Marta. *Clínica e Movimento: o cotidiano de um serviço substitutivo em saúde mental e impasses da clínica?* In: Lobosque. *Clínica em Movimento: por uma sociedade sem manicômios*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

_____. *Neuroses x psicoses: uma primeira abordagem quanto ao diagnóstico diferencial*. In: Lobosque. *Experiências da loucura*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

RAKEL, R. *Tratado de medicina da família*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

SILVESTRE, J.A. & COSTA Neto, M.M. *Abordagem do idoso em programas de saúde da família*. In: *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19(3); 839 – 847, Mai-Jun, 2003.

MÉDICO PEDIATRA - 8 HORAS SEMANAIS

Neonatologia: recém nascido normal. Distúrbios metabólicos (glicose, K, Ca, Mg). Distúrbios ácido básicos e hidroeletrólíticos. Infecções congênitas mais comuns (TORCHS). Prematuridade. Sepsis precoce e tardia. Pediatria interna: diarreia aguda e crônica. Reflexo gastroesofágico. Insuficiência renal aguda e crônica. Insuficiência cardíaca. Convulsões. Pneumonias bacterianas. Diagnóstico diferencial das doenças exantemáticas. Diabetes. Pediatria ambulatorial: obesidade; imunizações; anorexia; infecção do trato urinário; infecções das vias aéreas superiores; asma brônquica; crescimento e desenvolvimento.

Bibliografia sugerida:

FIMBERG, Laurence. *Manual de clínica pediátrica*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2000.

LEÃO, Ennio et al. *Pediatria Ambulatorial*, Belo Horizonte: COOPMED, 4ª ed., 2005.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Saúde. Minas Gerais. *Atenção à Saúde da Criança*. Maria Regina Viana et al. Belo Horizonte: SAS/DNAS, 2004.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Saúde. *Assistência Hospitalar ao Neonato*. Maria Albertina Santiago Rego. Belo Horizonte, 2005.

OLIVEIRA, Reynaldo Gomes de – *Blackbook Pediatria*, Belo Horizonte: 3ª ed. Black Book Editora, 2005.

WALDO E. Nelson. Nelson *Tratado de Pediatria*, vol, 1 e 2, Rio de Janeiro: 15ª ed. Guanabara Koogan, 1997.

MÉDICO PSIQUIATRA - 8 HORAS SEMANAIS

1. Semiologia / psicopatologia: do comportamento; do eu; da consciência e da atenção; da memória; da afetividade; do pensamento; da orientação têmporo-espacial; da sensopercepção.
2. Epidemiologia psiquiátrica.
3. Clínica das doenças mentais, síndromes, transtornos e seus tratamentos na Psiquiatria de adultos. Transtornos do humor – as manias, depressões e melancolia, psicoses ciclotímicas/ciclotimias; psicoses delirantes agudas; psicoses confusionais; epilepsias; psicoses esquizofrênicas; psicoses delirantes crônicas; psicoses puerperais; neuroses – histérica e obsessiva com os possíveis transtornos de ansiedade, de angústia, fóbicos, dissociativos, somatoformes, obsessivo-compulsivos; transtornos relacionados ao uso de substâncias psicoativas; quadros endócrinos e Psiquiatria; transtornos alimentares; alterações mensais nos traumatismos craniencefálicos; alterações mentais nos tumores cerebrais; demências.
4. Psicofarmacologia: os psicofármacos, as suas utilizações mais conhecidas, os seus possíveis efeitos colaterais, as contraindicações e as suas possíveis interações medicamentosas (conhecidas).
5. Psicanálise: conceitos básicos da Psicanálise para o diagnóstico das neuroses, psicoses e perversões. Os mecanismos das neuroses, das psicoses e das perversões; o que as estrutura e as diferencia.
6. A legislação referente à saúde mental. As relações entre a sociedade e a loucura / Reforma Psiquiátrica.

Bibliografia sugerida:

- AMARANTE, Paulo (org.). *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: SDE/ENSP, Ed. Fiocrus, 1995.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Lei nº 10.216/01 In: *Legislação em Saúde Mental (1990-2002)*, 3 ed. Brasília, 2002.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Lei nº 11.802/95 In: *Legislação em Saúde Mental (1990-2002)*, 3 ed. Brasília, 2002 e posterior Lei nº 12.684, de 01/12/1997.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 2.391, de 26/12/2002 (Regulamentação da internação psiquiátrica involuntária).
- CORDIOLI, A.V. *Psicofármacos: consulta rápida*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- EBERT, M.H.; LOOSEN, P.T.; NURCOMBE, B. *Psiquiatria: diagnóstico e tratamento*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- EY, H.; BERNARD, P.; BRISSET, C. *Manual de Psiquiatria*. São Paulo: Masson, 1978.
- FREUD, S. *Cinco lições de psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1980, (obras completas, v. 11).
- _____. *Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (Dementia paranoides)*. Rio de Janeiro: Imago, 1980, (obras completas, v. 12).
- _____. *Neurose e psicose*. Rio de Janeiro: Imago, 1980, (obras completas, v. 19).
- _____. *A perda da realidade na neurose e na psicose*. Rio de Janeiro: Imago, 1980, (obras completas, v. 19).
- LACAN, J. *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose: escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- LOBOSQUE, Ana Marta. *Clínica e Movimento: o cotidiano de um serviço substitutivo em saúde mental e impasses da clínica?* In: Lobosque. *Clínica em Movimento: por uma sociedade sem manicômios*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- _____. *Neuroses x psicoses: uma primeira abordagem quanto ao diagnóstico diferencial*. In: Lobosque. *Experiências da loucura*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- MACHADO, Roberto. *Uma arqueologia da percepção*. In: Machado. *A trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- MILLER, Jacques-Alain. *Psicanálise e Psiquiatria*. In: Miller. *Lacan elucidado, palestras no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- STAHL, S.M. *Psicofarmacologia – base neurocientífica e aplicações práticas*. Rio de Janeiro: Medsi, 2002.

ORIENTADOR SOCIAL

Temas para estudo: Legislação; Política Nacional de Assistência Social; Programas, Projetos, Serviços e Benefícios Socioassistenciais; Planejamento Social; Elaboração de documentos; Trabalhos com famílias e atividades coletivas.

Bibliografia sugerida:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º; Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17; Da nacionalidade - Art. 12 e 13. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41; Da Organização dos Poderes - Art. 59 a 83; Da Ordem social - Art. 205 a 232). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm
- BRASIL. Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e alterações. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm

BRASIL. Lei nº 11.692, de 10 de julho de 2008 e alterações. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11692.htm

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas sobre o PAIF-1. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_1.pdf

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas sobre o PAIF-2. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cartilha BPC – Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/cartilha-bpc-final.pdf

BATISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: CPIHTS, 2000.

MAGALHÃES, Selma Marques. **Avaliação e Linguagem Relatórios, Laudos e Pareceres**. Veras Editora, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde**. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

REGO, Walquiria Leão e PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SARTI, Cyntia Andersen. **A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Políticas públicas para a família: o desafio da superação do subdesenvolvimento em serviços de apoio à família**. Revista **SER Social**, Brasília, v. 12, n. 27, p. 63-87, jul./dez. 2010.

Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/4137

PROFESSOR PEB II - EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

Objetivos gerais e específicos de Arte; Critérios de Avaliação na disciplina; A construção do Universo Cultural através da Arte; A relação: Arte, Cultura e Ciência; Fundamentos das Artes Visuais e seus elementos sintáticos; Fundamentos da Música; Fundamentos da Dança; Fundamentos do Teatro; História da Arte Universal; História da Arte Brasileira.

Histórico do ensino das artes no Brasil e suas perspectivas atuais. Teoria e prática do ensino das artes escolas brasileiras. Critérios para seleção de conteúdos no ensino das artes. Organização do tempo e do espaço na prática do ensino das artes. Critérios para avaliação no ensino das artes.

Bibliografia sugerida:

BARBOSA, Ana Mae T. B. *A Imagem no ensino da Arte*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. *Inquietações e mudanças no ensino da arte*. São Paulo: Cortez, 2002.

CHIPP, Herchel Browning. *Teorias da arte moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DERDYK, Edith. *Formas de pensar o desenho*. São Paulo: Scipione, 1985.

FERREIRA, Sueli (org.). *O ensino das artes: Construindo caminhos*. Campinas: Papirus, 2001.

ECO, Humberto. *A definição da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

- FONTEIRA, Marisa Trench de Oliveira. *De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação*. São Paulo: UNESP, 2005.
- GOMBRICH, E. H. *A história da arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- GULLAR, Ferreira. *Argumentação contra a morte da arte*. Rio de Janeiro: Revan, 1993.
- HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- JAPIASSU, Ricardo. *Metodologia do ensino de teatro*. Campinas: Papyrus, 2001.
- OSTROWER, Fayga. *Universos da arte*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- PEDROSA, Israel. *Da cor à cor inexistente*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Ed. Ltda., 2002.
- PIMENTEL, Lúcia G. *Som, gesto, forma e cor: dimensões da arte e seu ensino*. Belo Horizonte: C/Arte Editorial, 2000.
- REILY, Lúcia Helena. *Atividades de artes plásticas na escola*. São Paulo: Pioneira, 1993.
- SPOLIN, Viola 1992. *Improvisação para o teatro*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

PROFESSOR PEB II - EDUCAÇÃO ESPECIAL

Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado na Área da Educação Especial/Inclusiva: Atribuições do professor; Panorama geral do atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais. Trajetória da Educação: da educação especial à educação inclusiva. Modelos de atendimento e paradigmas: educação especializada, integração e inclusão. Valorização das diversidades culturais e linguísticas na promoção da Educação Inclusiva. Políticas públicas para Educação Inclusiva. Legislação Brasileira: o contexto atual. Acessibilidade à escola e ao currículo. Adaptações curriculares. Tecnologia Assistiva.

Bibliografia sugerida:

Leis

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – promulgada em 5 de outubro de 1988, Artigos 5º, 37 ao 41, 205 ao 214, 227 ao 229. Brasília, 1998.
2. BRASIL. Lei Federal 9394/96, de 20/12/96 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
3. BRASIL. Lei Federal nº 8.069, de 13/07/1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigos 53 a 59 e 136 a 137. Brasília, 1990.
4. BRASIL. Lei Federal nº 10.793, de 01/12/2003 – Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 2003.
5. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 02/01 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001.
6. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 04/09 – Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.
7. ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA - Unesco. Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (Conferência de Jomtien). Tailândia: Unesco, 1990.
8. ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA - Unesco. Declaração de Salamanca. Orientações para a inclusão. Garantindo o acesso à educação para todos. Salamanca, 1994.

Livros e Artigos na Educação Especial

- BRASIL. Ministério da Educação. Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 96 p. (Série: Saberes e práticas da inclusão).
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Plano Nacional de Educação.
- INCLUSÃO. Revista da Educação Especial / Secretaria de Educação Especial. v.1, n.1 (out. 2005). Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.
- GLAT, R. **A integração social do portador de deficiência: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1998.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2003.

SOUZA, D. B.; FARIA, L. C. M. **Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós LDB**. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

PACHECO, José. **Caminhos Para a Inclusão: Um guia para Aprimoramento da Equipe Escolar**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2007.

REILY, Lucia Helena. **Escola inclusiva: linguagem e mediação**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

RODRIGUES, D. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo. Ed. Summus. 2006.

SMITY, Debora Deutsch. **Introdução à Educação Especial: ensinar em tempos de inclusão**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

STAINBACK, S. & STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: 1999.

VYGOTSKY, L. S. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 6ª ed. São Paulo: Ícone, Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

PROCURADOR JURÍDICO

Poder Constituinte. Constituição: Conceito e tipos. Constituição da República Federativa do Brasil: princípios fundamentais; direitos e garantias fundamentais; estrutura básica da Federação brasileira: entidades integrantes do Estado Federal; repartição de competências; intervenção nos Estados e nos Municípios; organização e competência dos Poderes da União. Controle da constitucionalidade das leis. Funções essenciais à Justiça. Processo legislativo: espécies normativas. Administração Pública: servidores públicos. Sistema Tributário Nacional; Ordem Econômica e Social. Constituição do Estado de Minas Gerais: Poderes Executivo e Legislativo Municipais. Lei Orgânica do Município. Remuneração de Prefeitos e Vereadores; fiscalização contábil, financeira e orçamentária; Tribunal de Contas do Estado: composição e competência.

Bibliografia sugerida:

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (texto atualizado).

CARVALHO, Kildare Gonçalves. *Direito constitucional didático*. Del Rey.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Saraiva.

MINAS GERAIS. CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (texto atualizado).

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. São Paulo: Malheiros.

PSICÓLOGO

1. Diagnóstico Psicológico
 - 1.1. Objetivos, processos, etapas, técnicas.
 - 1.2. Análise, interpretação e devolução dos dados.
 - 1.3. Laudo psicológico.
2. Psicologia Social
 - 2.1. Linguagem, pensamento e representações sociais.
 - 2.2. Identidade.
 - 2.3. Processos grupais – família, escola, trabalho.
3. Psicopatologia e Clínica
 - 3.1. Estrutura psíquica.
 - 3.2. Saúde e doença mental.
 - 3.3. Neuroses e psicoses.
 - 3.4. Clínica psicanalítica.
4. Psicologia Organizacional e do Trabalho
 - 4.1. Recursos humanos nas organizações.
 - 4.2. Recrutamento, seleção e acompanhamento de pessoal.
 - 4.3. Treinamento e desenvolvimento de pessoal.
 - 4.4. Doença Ocupacional e relações de trabalho.
 - 4.5. Laudos e relatórios.

Bibliografia sugerida:

- ARZENO, M.E.G. *Psicodiagnóstico Clínico – novas contribuições*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- BOOG, Gustavo (coord). *Manual de Treinamento e Desenvolvimento*. São Paulo: Makron Books, 1999.
- CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão de Pessoas – o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- CUNHA, Jurema A. *Psicodiagnóstico*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
- DURAND, Marina. *Doença Ocupacional – psicanálise e relações de trabalho*. SP: Escuta, 2000.
- FREUD, S. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- _____. *Conferências Introdutórias sobre a psicanálise*. Vol. XVI (1916. 1917[1915-1917])
- _____. *Neurose e Psicose (1924[1923]) e A Perda da Realidade na Neurose e na psicose (1924)*. Vol. XIX.
- _____. *Artigos sobre técnica (1911-1915[1914])*. Vol. XII.
- LANE, S. e CODO, W. (org.) *Psicologia Social – o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MILLER, J. *Lacan Elucidado – palestras no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

SUPERVISOR DE ENSINO

Concepções filosófico-políticas da educação. Direito e Educação. Políticas Públicas e Leis e Diretrizes para a Educação Básica. Papel do Supervisor de Ensino nas escolas. Gestão Pedagógica. Organização dos tempos e espaços e o trabalho pedagógico participativo. Currículo e planejamento da educação. Inclusão e Diversidade Cultural.

Bibliografia sugerida:

Leis

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – promulgada em 5 de outubro de 1988, Artigos 5º, 37 ao 41, 205 ao 214, 227 ao 229. Brasília, 1998.
2. BRASIL. Lei Federal 9394/96, de 20/12/96 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
3. BRASIL. Lei Federal nº 8.069, de 13/07/1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigos 53 a 59 e 136 a 137. Brasília, 1990.
4. BRASIL. Lei Federal nº 10.793, de 01/12/2003 – Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 2003.
5. BRASIL. Lei Federal nº 10.639/03 - Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003.
6. BRASIL. Lei Federal nº 11.645, de 10/03/08 – Altera a Lei 9.394/96, modificada pela Lei 10.639/03, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, 2008.
7. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 02/01 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001.
8. BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - Parecer 022/98 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 1998.
9. BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - Parecer 05/2009 - Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.
10. BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/MEC – Indicadores de Qualidade na Educação Infantil. Brasília, 2009.
11. BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/MEC - Educação Infantil: Subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação. Brasília, 2012.
12. SÃO PAULO, SME/DOT-P/SP - Encontros de Formação com as equipes de DOT- P: "Diálogos para a construção do currículo da infância paulistana". São Paulo, 2013.

13. BRASIL. Parecer CNE/CP n.º 3/04 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.
14. BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 2/07, aprovado em 31 de janeiro de 2007 - Parecer quanto à abrangência das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2007.
15. BRASIL. Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.
16. BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 20/09, aprovado em 11 de novembro de 2009 - Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.
17. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 5/09 - Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.
18. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 04/09 – Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.
19. BRASIL. ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013, PUBLICADO NO DOC DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013, p. 103-105. Disponível em: <http://www.tanalousa.com.br/files/2015/05/AVALIA%C3%87%C3%83O-NA-EDUCA%C3%87%C3%83O-INFANTIL-APRIMORANDO-OS-OLHARES.pdf> Acesso: 08/11/2015.

Livros e Artigos da Educação Infantil

1. FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.) Supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação. São Paulo: Cortez, 2008.
2. FERNANDES, Maria José da Silva. O professor coordenador pedagógico nas escolas estaduais paulistas: da articulação pedagógica ao gerenciamento das reformas educacionais. **Educ. Pesqui.** [online]. 2012, vol.38, n.4 [cited 2015-11-09], pp. 799-814. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S1517-97022012000400002&lng=en&tlng=pt Acesso em: 08/11/2015.
3. LÜCK, Heloísa et al. **Concepções e Processo Democráticos de Gestão Educacional.** Petrópolis: Vozes, 2006.
4. LÜCK. Heloísa, FREITAS, Kátia Siqueira de, GIRLING, Robert, KEITH, Sherry. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. Petrópolis: Vozes, 2005.
5. PRZYBYLSKI, Edy. **Supervisão escolar: concepções básicas.** Porto Alegre: Sagra, 1982.
6. RANGEL, Mary (Org.) **Supervisão pedagógica: princípios e práticas.** São Paulo: Papirus, 2005.

* * *

ANEXO IV

**DECLARAÇÃO DE HIPOSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUÃ/SP
EDITAL 02/2015**

Eu, _____, portador do CPF n.º _____ declaro, para os devidos fins de obtenção de isenção do valor da inscrição do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Ipuã/SP, que em conformidade com a Lei Municipal nº. 2.884, de março de 2009 e por razões de ordem financeira, não posso arcar com as despesas do valor da inscrição, nos termos do item 5.2.2 e seu subitem 5.2.2.1 do Edital.

Declaro, ainda, estar ciente de que é de minha inteira **responsabilidade** o teor desta declaração, podendo responder civil e criminalmente por ela.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura

ANEXO V

REQUERIMENTO – PROVA E/OU ATENDIMENTO ESPECIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUÃ/MG
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 02/2015

Eu _____, Inscrição n.º _____,
CPF. N.º _____, Emprego público: _____

venho requerer o atendimento especial abaixo assinalado para as realizações das provas referentes ao Concurso Público regido pelo Edital 02/2015.

() – Prova em Braile

() – Prova Ampliada

() – Prova com Ledor

() – Prova com Intérprete de Libras

() – Tempo Adicional

() – Acessibilidade

() – Cadeirante

() – Outros: _____

Em ____/____/____.

Assinatura do candidato (a)

Obs.: A cópia do comprovante de inscrição, o laudo médico e a solicitação de condição especial (se for o caso) deverão ser postados até o dia **26/01/2016**.

ANEXO VI-A
CAPA PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUÃ/MG
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 02/2015

Candidato: _____

Número do documento de identidade: _____

Número de inscrição: _____

Emprego público: _____

Data: ____ / ____ / _____

Assinatura: _____

RECURSO CONTRA:

- a) () Contra indeferimento do pedido de isenção do valor da taxa de inscrição;
- b) () Contra indeferimento da inscrição;
- c) () Contra indeferimento do pedido de atendimento especial;
- d) () Contra questões das provas objetivas de múltipla escolha e gabaritos preliminares;

n.º da questão: _____

Resposta do gabarito oficial: _____

Resposta marcada pelo candidato: _____

- e) () Contra a totalização dos pontos obtidos na Prova Objetiva de Múltipla Escolha, desde que se refira a erro de cálculo das notas e Classificação Preliminar;
- f) () Contra o resultado da Prova de Títulos e classificação preliminar;
- g) () Contra as decisões proferidas durante o concurso que tenham repercussão na esfera de direitos dos candidatos;

ANEXO VII

MODELO DO ATESTADO MÉDICO

CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUÃ/SP - EDITAL 02/2015

Atesto que o (a) Sr(a). _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, encontra-se, no momento do presente exame médico, em pleno gozo de saúde física e mental, estando apto (a) para realizar os esforços físicos previstos no Edital do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Ipuã/SP, para o emprego público _____ da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Ipuã, que compreende os seguintes testes: Corrida e Dinamometria.

Ipuã, _____ de _____ de 20__.

Assinatura, carimbo com nome e CRM do médico